



FUNDAÇÃO SÃO PAULO
Mantenedora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
e Mantenedora do
Centro Universitário Assunção

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

2024



PUC-SP





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Fundação São Paulo ("FUNDASP" ou "Fundação"), fundação de direito privado, filantrópica e de natureza comunitária, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ("PUC-SP") e do Centro Universitário Assunção ("ASSUNÇÃO"), orientada, fundamentalmente, pelos princípios da Doutrina e da Moral Católica e comprometida com o Plano Pastoral da Arquidiocese de São Paulo, atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Fundação, elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Mensagem da Administração da Fundação São Paulo

A Fundação São Paulo, ciente da sua responsabilidade para com a Igreja e a Sociedade Brasileira, vem atuando com zelo e rigor na manutenção da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Centro Universitário Assunção.

Ao mesmo tempo em que empreende ações administrativo-financeiras, cuida da excelência acadêmica de suas mantidas, em trabalho conjunto com a Reitoria, por ela nomeada, garantindo o trinômio do ensino, da pesquisa e da extensão, característico da vida universitária. Esforça-se para que a PUC-SP e o ASSUNÇÃO estejam em constantes diálogos com a Sociedade, sobretudo neste tempo em que desafios múltiplos nos fazem ter que empreender criatividade e probidade.

O reconhecimento público, o respeito e a seriedade dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pela PUC-SP e o ASSUNÇÃO devem ser mantidos e aperfeiçoados, sempre mais.

A Fundação São Paulo segue, assim, cumprindo a sua (a nossa!) Missão, que nesse momento se mostra mais do que instituição, mas também humanitária!

Investimento em infraestrutura

No ano de 2024, a FUNDASP efetuou significativos e relevantes investimentos relacionados a melhorias de infraestrutura, dentre os quais se destacam:

a) Sede FUNDASP

No período, foram realizadas diversas intervenções na sede da FUNDASP, incluindo retrofit da fachada em ACM, reparos nas fachadas com substituição de revestimentos e pintura, além da pintura interna de 90% da edificação. Foram modernizados os sistemas de climatização com substituição de aparelhos para modelos mais eficientes e realizada manutenção geral nos sistemas de ar-condicionado. Destacam-se ainda reparos na tubulação da rede de hidrantes, manutenção civil, elétrica e hidráulica, além da conservação das áreas ajardinadas, telhados e calhas. Acompanhou-se a manutenção dos elevadores, limpeza das caixas d'água e monitoramento da obra do metrô. Foi emitido o Relatório de Qualidade do Ar conforme norma da ANVISA.

b) Campus Monte Alegre da PUC-SP

No ano de 2024 foram executadas diversas melhorias e manutenções no Campus Monte Alegre, incluindo a reforma e climatização de 36 salas de aula, pintura interna e externa de corredores, laboratórios e auditórios, além da substituição de portas, carpetes e persianas. Destacam-se também a modernização da iluminação com lâmpadas de LED, impermeabilização de calhas e fachadas, instalação de placas em braile para acessibilidade e restauração de áreas ajardinadas. Acompanhou-se a implantação de uma nova lanchonete, reformas estruturais no TUCA e no C.A. 22 de agosto, além da vistoria e manutenção de sistemas elétricos, hidráulicos e de climatização. Foram realizados monitoramentos relacionados à obra do metrô, inspeções para o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e emissão do Relatório de Qualidade do Ar conforme norma da ANVISA.

c) Campus Marquês de Paranaguá

No Campus Marquês de Paranaguá foram realizadas melhorias, incluindo o restauro do piso de granilite das escadas, aquisição de mobiliário para o Laboratório de Química e pintura das fachadas dos prédios 1 e 2, além do auditório. Também houve reforma dos canteiros da calçada da Rua Caio Prado e implantação de infraestrutura para wi-fi no prédio 4. Destacam-se a manutenção geral dos sistemas de climatização, hidráulicos e elétricos, bem como telhados, calhas e áreas ajardinadas. Foram realizadas inspeções e emissão de laudos das instalações elétricas e SPDA, além do Relatório de Qualidade do Ar conforme norma da ANVISA.

d) Edifício Comendador Alexandre Balbo

Execução de reformas no 1º andar para remanejamento do NUC Vest e da GFIN, além da adequação do térreo para o Escritório de Assistência Jurídica do Centro Acadêmico 22 de Agosto. Houve assessoria técnica para cotação de demolições em áreas irregulares e gerenciamento da devolução dos andares locados pela FUNDASP (12º e 13º), incluindo desocupação e reparos estruturais. Destacam-se ainda a manutenção geral dos sistemas de climatização, hidráulicos e elétricos, conservação das áreas ajardinadas e emissão do Relatório de Qualidade do Ar conforme norma da ANVISA.

e) Núcleo de Cobranças

Reforma em edifício Vancouver (8º e 9º andares) para remanejamento do NCC.

f) Campus Ipiranga

O Campus Ipiranga sofreu diversas melhorias, incluindo poda e plantio em áreas verdes, substituição da iluminação externa e instalação de placas de identificação. Destacam-se reparos nos ornamentos das colunas do Claustro, pintura de salas de aula, banheiros e da Direção da Faculdade, além da instalação de infraestrutura para projetores. Foram implementadas medidas de acessibilidade com faixas antiderrapantes e executadas manutenções gerais nos sistemas elétricos, hidráulicos e de climatização, bem como nos telhados e calhas. Também foram realizadas inspeções na Subestação de Energia Elétrica e emissão do Relatório de Qualidade do Ar conforme norma da ANVISA.

g) Campus Vila Mariana

Execução de melhorias no Campus Vila Mariana, incluindo a substituição da iluminação ineficiente em áreas de circulação e pátios por sistema LED, além da atualização das placas de identificação externa. Destacam-se a reforma da cobertura zenital do Bloco 1, manutenção das centrais de eletroímãs das portas de emergência e modernização do sistema de bombeamento de água do poço artesiano. Também foram executadas manutenções gerais nos sistemas elétricos, hidráulicos, de climatização e motores, além da conservação de telhados, calhas e áreas ajardinadas. Houve vistoria das instalações elétricas para o Corpo de Bombeiros e emissão do Relatório de Qualidade do Ar conforme norma da ANVISA.

h) Campus Sorocaba (FCMS)

Foram realizadas intervenções no Campus Sorocaba, incluindo investigações estruturais no prédio da Biblioteca, elaboração de projetos para reforço estrutural e reforma das calçadas. Houve a transferência do Laboratório de Simulação de Enfermagem e do setor administrativo para espaços temporários, além da criação e adequação de novas salas de estudos. Destacam-se a substituição do mobiliário do auditório Pacaembu, pintura de salas e áreas de circulação, melhorias nas praças e instalação de toldo de proteção. Também foram realizadas manutenções gerais nos sistemas elétricos, hidráulicos, de climatização, conservação de telhados, calhas e áreas ajardinadas. Foi acompanhada a reforma do laboratório de simulação e emitido o Relatório de Qualidade do Ar conforme norma da ANVISA.

i) Hospital Santa Lucinda

O Hospital Santa Lucinda passou por melhorias, incluindo a reforma do telhado para instalação de placas fotovoltaicas, remoção da guarita para melhorar o acesso da viatura do Corpo de Bombeiros e reforma da sala de Alimentação e Descompressão. Destacam-se a ampliação da UTI Adulto, criação de novos quartos e adequações na Pediatria. Houve substituição de pisos, divisórias e marcenaria em postos de enfermagem e consultórios, além da modernização da climatização em diversos setores. Foram executadas manutenções preventivas na cabine primária, geradores e elevadores, além do acompanhamento no abastecimento de gases medicinais. A instalação da usina fotovoltaica, pintura do ambulatório SUS e substituição de telhas reforçam as melhorias estruturais. Também foi emitido o Relatório de Qualidade do Ar conforme norma da ANVISA.

j) DERDIC

Em 2024 foram executadas diversas melhorias na DERDIC, incluindo substituição de tomadas e instalação de nova fiação elétrica na copa do setor de limpeza. Destacam-se a calafetação de calhas, pintura de portas e manutenção geral nos sistemas elétricos, hidráulicos e de climatização. Também foram executadas inspeções nos telhados, calhas e áreas ajardinadas, além da limpeza e higienização das caixas d'água. Houve vistoria das instalações elétricas e elaboração do projeto do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas para obtenção do AVCB. Foi acompanhada a manutenção dos elevadores e emitido o Relatório de Qualidade do Ar conforme norma da ANVISA.

Abaixo resumo quantitativo dos chamados de Manutenção atendidos pelo departamento de Arquitetura e Infraestrutura da FUNDASP, nos campi:

Categorias	Monte Alegre	Marquês	Conso-lação	FCMS	Vila Mariana	Ipi-ranga	DERDIC	HSL	Sede FUNDASP	Total Geral
Adequações										
Civis	1.105	221	62	784	647	149	115	2.538	100	5.721
Alvenaria e Divisórias	265	54	11	197	322	14	28	604	11	1.506
Bebedouro	-	2	-	36	-	1	-	75	-	114
Chaveiro	223	49	2	61	52	45	14	137	9	592
Hidráulica	232	58	28	108	64	45	23	464	37	1.059
Jardinagem	20	1	1	5	6	3	4	24	-	64
Marcenaria	226	25	16	169	127	23	23	635	23	1.267
Persiana	35	15	-	30	16	1	-	29	-	126
Pintura	40	2	1	44	39	7	3	285	12	433
Serralheria	19	8	3	124	18	10	10	256	2	450
Vidraçaria	45	7	-	10	3	-	10	29	6	110
Elétrica	600	107	7	230	247	56	46	799	31	2.123
Ar										
condicionado	345	22	49	250	30	8	40	598	47	1.389
Total Geral de Chamados	2.050	350	118	1.264	924	213	201	3.935	178	9.233

Objeto social e missão

A busca da Sabedoria, lema de suas mantidas, deve ser o fim último do saber humano e essa busca passa, necessariamente, pelo reconhecimento da dignidade do ser humano, desde o primeiro momento da sua concepção até o seu fim natural e pela presença de Deus. Que a PUC-SP e o ASSUNÇÃO, sempre mais sadias nas estruturas e nas atividades acadêmicas, possam colaborar com a sociedade humana nesta trajetória em busca da Sabedoria.

A Fundação São Paulo, pessoa jurídica de direito privado, instituída em 1945, tendo sido seu instituidor o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, então Arcebispo Metropolitano de São Paulo, é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública e filantrópica, tendo caráter educacional, assistencial, cultural e comunitário, dedicando-se à pesquisa científica.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 13 de agosto de 1946, constituiu a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), instalada no dia 22 do mesmo mês e ano, da qual é mantenedora, instituição de ensino superior, pesquisa e cultura, atuando nos segmentos de assistência social e filantropia, tendo como objetivos a educação, o amparo, a inserção e a transformação social através de programas e atividades específicas que se coadunam com valores voltados à justiça e à dignidade humana, conforme disposto no artigo 7º de seu Estatuto Social.

Em 02 de janeiro de 2019, o IESP - Instituto Educacional Seminário Paulopolitano, transferiu para Fundação São Paulo a manutenção do Centro Universitário Assunção. O ASSUNÇÃO está comprometido com a educação, inspirada nos valores evangélicos e nos princípios de liberdade de expressão. O ensino no ASSUNÇÃO, em comunhão com a pesquisa e os serviços prestados à comunidade, tem como meta o aprimoramento qualitativo de seus egressos, dando ênfase ao crescimento pessoal e à capacitação para o aperfeiçoamento contínuo, seja por meio de cursos de pós-graduação *latu sensu* e aperfeiçoamento, seja por meio de grupos de estudo. Como instituição católica, incentiva a formação humanista e a prática pedagógica participativa e dialogada, como forma de melhor entendimento entre professores, alunos e funcionários.

A Fundação São Paulo cumpre sua missão aplicando integralmente os recursos arrecadados em suas finalidades, não remunerando dirigentes e prestando relevantes serviços à sociedade em suas áreas de atuação.

Governança, estrutura, desempenho e atuação

1. Governança corporativa

Objetivando as melhores práticas de governança corporativa a Fundação São Paulo vem implementando ações de monitoramento e incentivos, que envolvem as relações entre a Fundação e seus pares. Dentro dessa perspectiva foram concebidas:

1.1. ESG (Environmental, Social and Governance)

Desde 2021, a Fundação São Paulo discute estratégias para implementar os pilares de ESG (Environmental, Social and Governance) no cotidiano da Instituição enquanto apoia e reforça as ações realizadas pelas Instituições Mantidas e Unidades Suplementares.

Breve relato das ações ESG inovadoras: Em 2024, foi divulgado para a comunidade a iniciativa Fundação ESG contando com breve apresentação sobre seus objetivos e mesa redonda educativa acerca do tema ESG.

a) Redução Plástico de Uso Único

Junto com a divulgação, foi dado início a ações para diminuição do consumo de plástico de uso único, que contou com a distribuição faseada de copos e garrafas de vidro aos colaboradores, bem como a substituição dos copos plásticos por copos de papel em outubro de 2024. A ação de distribuição de copos e garrafas de vidro terá continuidade ao longo de 2025.

Demonstrativo de redução de consumo de copos plásticos - Período de out/2024 a dez/2024

Item	Deixado de consumir
Copo Plástico água	166.600
Copo Plástico café	30.182
Total	196.782

b) Energia Limpa - Enel Trading

Como parte das medidas adotadas que reforçam o compromisso da FUNDASP com o ESG, foi decidido pelo ingresso no mercado de energia limpa. Para tanto, foi feito contrato com a Enel Trading com contrato vigente desde julho de 2024, tanto em São Paulo quanto em Sorocaba. Foi previsto uma economia conforme estudo preliminar:

PROJETO ENEL TRADING + PLACA FOTOVOLTAICA PARA O HOSPITAL SANTA LUCINDA

Endereço	Empresa	Média Mensal 2023	Economia Estimada				
			2024	2025	2026	2027	2028
Av Nazaré, 993	Enel SP	12.630,87	24.251,27	48.502,53	48.502,53	48.502,53	48.502,53
Rua Afonso Celso, 705	Enel SP	28.880,08	55.449,76	110.899,52	110.899,52	110.899,52	110.899,52
R Dra Neide Ap Solitto, 435	Enel SP	7.713,60	14.810,11	29.620,22	29.620,22	29.620,22	29.620,22
Rua Min Godoy, 875	Enel SP	121.622,79	233.515,76	467.031,52	467.031,52	467.031,52	467.031,52
Rua Monte Alegre, 971	Enel SP	10.118,06	19.426,68	38.853,35	38.853,35	38.853,35	38.853,35
Rua Monte Alegre, 1024	Enel SP	31.647,44	62.661,92	125.323,84	125.323,84	125.323,84	125.323,84
Rua Joubert Wey, 290	CPFL	20.347,05	0,00	73.859,78	80.574,30	80.574,30	80.574,30
R Claudio Manoel da Costa, 57	CPFL	89.665,48	0,00	293.744,12	530.372,27	551.883,86	551.883,86
Total			410.115,50	1.187.834,88	1.431.177,55	1.452.689,14	1.452.689,14
Economia total			5.934.506,21				

Ações contínuas realizadas em 2024:

I. **Reciclagem de Papéis:** Reciclagem de papéis, com descarte adequado por empresa parceira. O material é recolhido mensalmente e encaminhado para destinação adequada. No ano de 2024, foram reciclados 18.825kg de papel, papelão e sucata de metal.

II. **Descarte Adequado de Resíduos Tóxicos de Lâmpadas Inservíveis:** Contrato com empresa para o descarte adequado de resíduos tóxicos de lâmpadas inservíveis. As lâmpadas são armazenadas no Campus Monte Alegre e são recolhidas de acordo com a demanda. Em 2024, foram recicladas 6.625 lâmpadas fluorescentes.

III. **Leilão de equipamentos de informática e móveis em desuso:** Os leilões de equipamentos de informática e móveis em desuso são realizados de acordo com a demanda e montagem de lotes, contribuindo com o reaproveitamento dos equipamentos e com o consumo consciente. Em 2024 foram disponibilizados para leilão 851 itens, entre eles, móveis, equipamentos de informática e equipamentos hospitalares.

IV. **Descarte Adequado de Resíduos de Construção e Resíduos Sólidos Comuns:** Contrato com ECOTRANS para descarte de resíduos de construção e resíduos sólidos comuns. A empresa especializada recolhe diariamente o material para descarte. Em 2024 foram coletados 5.445 contêineres de lixo comum. Na manutenção foram coletados 51 caixas com resíduos de construção e resíduos das oficinas (madeira, metal, dentre outros).

V. **Documentos Institucionais:** Estímulo à conduta ética e à integridade por meio de documentos institucionais publicados e disponíveis para acesso de todos pelo site da Fundação São Paulo. Em 2024, o Código de Ética e Conduta, bem como a Política Anticorrupção foram revisados de forma a garantir sua adequação com o mercado e legislação vigente.

1.2. Código de Ética e Conduta

Em 2017, a FUNDASP publicou o Código de Ética e Conduta da Fundação São Paulo, estabelecendo princípios e normas dirigidos a todos os empregados, terceiros, fornecedores, prestadores de serviços e agentes intermediários, bem como a todos aqueles que mantenham vínculo acadêmico com a Fundação São Paulo através de sua mantida. Esse Código previa a criação de um setor independente, responsável em acompanhar e zelar pela probidade, transparência e combate à fraude. Em 2018, foi criado o Setor de Integridade. Em setembro de 2019 foi publicado o programa de integridade da Fundação, <https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/programa-de-integridade/arquivos/programa-de-integridade-fundasp.pdf>

1.3. Proteção de dados

• Lei de Proteção de dados

A Lei Federal nº 13.709/2018, sancionada em 2018, tem como objetivo, proteger os dados pessoais para garantir a liberdade, segurança e justiça de cada indivíduo.

A Alta Administração da Fundação São Paulo, com o compromisso de garantir a proteção dos dados pessoais de seus colaboradores, alunos, pacientes e parceiros, está investindo em tecnologia e em pessoas, para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade de todos. Foi constituída uma Comissão para tratar das adequações necessárias e seus reflexos. Além disso, em atenção à determinação legal, a Instituição designou um encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais. A referida Comissão é formada pelo Encarregado (DPO) e por gestores de áreas estratégicas da Instituição (Integridade, Divisão de Recursos, Humanos e Divisão de Tecnologia da Informação). A Fundação com o intuito de disseminar a informação para seu público, disponibilizou em seu site cartilha sobre a Lei Geral de Proteção de Dados:

<https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/protecao-de-dados/arquivos/CARTILHA-LGPD-WEB-r4-22092020.pdf>

1.4. Política de Privacidade

A Política de Privacidade on-line trata das diretrizes adotadas pela Fundação São Paulo em relação à recepção, armazenamento e utilização das informações pessoais disponibilizadas pelos seus alunos, ex-alunos, futuros estudantes e demais interessados, para acesso e uso dos seus serviços, que necessitam de identificação.

<https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/protecao-de-dados/politica-de-privacidade/index.html>

1.5. Política de Privacidade Vestibular PUC-SP

Essa política tem o objetivo de apresentar as finalidades e os tratamentos dos dados pessoais que são coletados no cadastro dos Processos Seletivos para os cursos de Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP.

<https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/protecao-de-dados/politica-de-privacidade-vestibular-puc-sp/index.html>

1.6. Política de Privacidade Processo Seletivo Assunção

Essa política tem o objetivo de apresentar as finalidades e os tratamentos dos dados pessoais que são coletados no cadastro dos Processos Seletivos para os cursos de Graduação e Pós-graduação do Centro Universitário Assunção, bem como dos alunos que realizarão rematrícula.

<https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/protecao-de-dados/politica-de-privacidade-assuncao/index.html>



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1.7. Política anticorrupção

A Fundação São Paulo está comprometida em conduzir as atividades em estrito cumprimento da legislação aplicável, incluindo legislações anticorrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira ("Lei Anticorrupção") e o Decreto nº 8.420/2015, que regulamenta a Lei Anticorrupção, assim como demais normas que regem o relacionamento com a Administração Pública. A Fundação São Paulo, em todas as suas áreas de atuação, não tolera práticas de fraude, corrupção ou atos lesivos de qualquer natureza. Nesse sentido, vem tratando a temática relacionada ao Programa de Integridade com seriedade e comprometimento, promovendo e fiscalizando o cumprimento das normas no desenvolvimento das atividades, com foco em condutas éticas e morais, bem como nos princípios de integridade, honestidade e responsabilidade.

Esta Política tem por objetivo estabelecer diretrizes, premissas e compromissos para orientação do relacionamento da Fundação São Paulo e suas mantidas ou unidades suplementares, com representantes, em qualquer esfera, de entes públicos e/ou entes privados, nacionais e/ou estrangeiros, sendo dirigida e aplicada a todos os técnicos administrativos, docentes, profissionais da área de saúde, terceirizados, consultores, temporários, fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários, doravante denominados em conjunto de "Colaboradores", incluída a Alta Administração, bem como todos aqueles que mantenham vínculo com a Fundação São Paulo.

"... a Fundação São Paulo compromete-se a exigir a inclusão de cláusula anticorrupção e lavagem de dinheiro em todas as suas contratações..."

Em 2019 publicou em seu site a política anticorrupção da Fundação São Paulo:

<https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/politica-anticorrupcao/arquivos/livro-politica-anticorrupcao-v3.pdf>

1.8. Política de apuração de conformidade

O procedimento de Apuração de Conformidade tem como objetivo viabilizar o exame da conformidade de atividades e condutas correspondentes, promover a averiguação de relatos, possibilitar a análise de possíveis violações às normas internas e legislação aplicável, assim como avaliar os riscos aos quais a Fundação São Paulo está exposta, para que seja possível mitigá-los.

As apurações irão contribuir com as atividades de monitoramento, remediação, prevenção e para coibir as condutas que não estejam em conformidade com normas e procedimentos, que possam levar a sanções legais e/ou regulamentares, ou, ainda, a perdas financeiras e danos reputacionais e/ou de imagem, resultando em risco de comprometimento da integridade da Fundação São Paulo. O Procedimento de Apuração de Conformidade Fundação São Paulo está publicada em seu site:

https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/politica-de-apuracao-e-conformidade/arquivos/POLITICA-INSTITUCIONAL_08112019_121248.pdf

1.9. Internacionalização da Fundação São Paulo

Em 2024, o International Relations Office (IRO) da Fundação São Paulo (FUNDASP) consolidou-se como agente estratégico no processo de internacionalização das instituições mantidas, promovendo a articulação com universidades estrangeiras e ampliando os horizontes acadêmicos por meio de novas frentes de cooperação. A atuação do IRO foi marcada pelo apoio técnico e institucional a programas de intercâmbio, pela coordenação de acordos bilaterais e pela implementação de projetos multiculturais alinhados às diretrizes globais da educação superior.

Entre as iniciativas de destaque, ressalta-se a implementação do Programa Teletandem no Centro Universitário Assunção, em parceria com a Georgetown University, possibilitando o intercâmbio linguístico gratuito entre participantes. Também foram impulsionados os esforços para a oferta de cursos internacionais e programas da PUC-PR em Florença, voltados a discentes da PUC-SP, além da intensificação de diálogos com instituições da América Latina, América do Norte, Europa, África e Ásia com vistas à formalização de novas parcerias.

A presença institucional em eventos de relevância nacional e internacional reforçou o posicionamento estratégico da FUNDASP no cenário global. Nos Estados Unidos, a Fundação participou do curso Stock Market Analysis & Investment Decisions and Business English, na Florida Atlantic University, além da conferência anual da NAFSA, realizada em New Orleans. Na Europa, marcou presença no curso Cityscape Chronicles, promovido em Florença. Já no Brasil, a participação em encontros promovidos pelo SEMESP e na FAUBAI CONFERENCE 2024 contribuiu para o fortalecimento das práticas de internacionalização no contexto local.

2. Mantidas

A Fundação São Paulo vem atuando diretamente com as suas mantidas: PUC-SP e ASSUNÇÃO, no sentido de adequar a estrutura das Instituições para manutenção e ampliação de seus objetivos, mantendo o equilíbrio e sustentabilidade acadêmica, administrativa e financeira.

Em 2024, considerando os meses com maior quantidade de alunos matriculados, após a inscrição dos alunos inclusive PROUNI, as instituições contavam com 15.327 alunos da PUC-SP e 1.223 alunos do ASSUNÇÃO, totalizando 16.550 alunos, conforme apresentado abaixo:

	PUC-SP	ASSUNÇÃO	Consolidado
Alunos de graduação	10.129	893	11.022
Alunos de pós-graduação (stricto sensu)	2.579	—	2.579
Alunos de especialização (lato sensu)	1.168	261	1.429
Alunos de extensão, aperfeiçoamento e aprimoramento	1.451	69	1.520
Total	15.327	1.223	16.550

A estrutura conta ainda com os seguintes quadros de colaboradores ativos:

	PUC-SP	ASSUNÇÃO	FUNDASP	Consolidado
Docentes	1.072	56	—	1.128
Administrativos	482	28	388	898
Técnicos (Hospital Santa Lucinda)	462	—	—	462
DERDIC - Administrativos	56	—	—	56
DERDIC - Docentes	29	—	—	29
Total	2.101	84	388	2.573

• PUC-SP: seu corpo docente conta com 96,2% de mestres(as) e doutores(as);

• ASSUNÇÃO: seu corpo docente conta com 96,4% de mestres(as) e doutores(as).

Em dezembro de 2024, o quadro total de docentes por titulação/escolaridade (ativos excluindo a DERDIC) apresentou a seguinte composição:

	PUC-SP	ASSUNÇÃO	Consolidado
Livre-docentes	77	—	77
Doutores(as)	796	28	824
Mestres(as)	158	26	184
Especialistas	39	2	41
Graduados(as)	2	—	2
Total	1.072	56	1.128

As Instituições contavam em 31 dezembro de 2024 com 1.416 colaboradores administrativos e técnicos hospitalares, com a seguinte formação acadêmica:

Quadro Administrativo por Escolaridade/Titulação (funcionários ativos)

Escolaridade	FUNDASP	PUC-SP				ASSUNÇÃO	TOTAL
		ADM	DERDIC	HSL	TOTAL		
Ensino Fundamental							
Incompleto	11	12	1	1	14	1	26
Ensino Fundamental Completo	15	11	1	1	13	—	28
Ensino Médio	126	145	12	328	485	7	618
Graduação	138	231	22	68	321	16	475
Especialização	80	57	7	61	125	4	209
Mestrado	16	25	12	3	40	—	56
Doutorado	2	1	1	—	2	—	4
Total	388	482	56	462	1.000	28	1.416

2.1. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A PUC-SP, em sua estrutura, conta atualmente com seis campi, unidades suplementares -Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC) e o Hospital Santa Lucinda (HSL), localizado no município de Sorocaba/SP -, bem como com a Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE), entre outras coordenadorias.

São quatro campi na capital: Monte Alegre - Marquês de Paranaguá - Ipiranga - Vila Mariana; e um no interior, em Sorocaba/SP.

A pós-graduação stricto sensu da PUC-SP conta com 30 Programas de Estudos, vinculados às respectivas Faculdades, de acordo com a área epistemológica do conhecimento. Tem por finalidade a formação de pessoal qualificado para a educação superior e/ou para a atuação no mercado de trabalho, compreendendo quatro possíveis níveis de formação: mestrado acadêmico, mestrado profissional, doutorado e pós-doutorado. A política da pós-graduação é discutida no âmbito da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa, da Comissão de Ensino e Pesquisa e do Conselho Universitário. A Instituição atua também na pós-graduação lato sensu, com diversos cursos de especialização, significativamente na área do Direito.

A Instituição, mantendo seu compromisso com a excelência acadêmica, possibilitou a titulação a novos mestres e doutores. Em 2024, foram defendidas 504 dissertações de mestrado acadêmico, 52 de mestrado profissional e 255 teses de doutorado. Foram também apresentadas 528 monografias de especialização.

A PUC-SP, por meio de seus diversos cursos de graduação e de extensão e programas de pós-graduação lato e stricto sensu, bem como núcleos e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão alocados nas suas dez faculdades, tem a capacidade de atender de modo bastante qualificado às mais diversas vocações, sempre se pautando por uma formação humanista e relevantemente social.

É atualmente composta pelas seguintes Faculdades: Ciências Exatas e Tecnologia (FCET); Ciências Humanas e da Saúde (FACHS); Ciências Médicas e da Saúde (FCMS); Ciências Sociais (FCS); Direito (FD); Economia, Administração, Contábeis e Atuariais (FEA); Educação (FE); Estudos Interdisciplinares (FACEI); Filosofia, Comunicação, Letras e Artes (FAFICLA) e Teologia (FT).

Nas avaliações pelo INEP/ MEC, seus cursos de graduação foram avaliados e obtiveram excelentes resultados. Foram nove cursos avaliados, sendo 2 para reconhecimento e 5 demais para renovação de reconhecimento. Seis cursos obtiveram o conceito máximo 5 (Letras - Português e Inglês licenciatura, Arte: História, Crítica e Curadoria, Filosofia, História Licenciatura, História Bacharelado e Pedagogia) e três cursos obtiveram o conceito 4 (Ciência da Computação, Ciências Sociais e Ciências Socioambientais).



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Expandindo a institucionalização de suas atividades internacionais, a PUC-SP desenvolveu programas de cooperação voltados à formação e à pesquisa em diversas áreas de conhecimento, em diferentes níveis acadêmicos e por meio de múltiplas modalidades de intercâmbio. Manteve convênios em todas as regiões do mundo (124 instituições de 34 países), contou com parcerias para dupla diplomação de graduação e pós-graduação, promoveu intercâmbio de estudantes e manteve sua realização de pesquisa com parceiros internacionais.

Em 2024, permaneceu em destaque nos rankings universitários de que participou. Ela foi classificada como a melhor universidade privada do país em qualidade de ensino, pelo Ranking Universitário Folha (RUF). No Guia da Faculdade 2024, publicação realizada em parceria entre o jornal O Estado de S. Paulo e a Quero Educação, a PUC-SP manteve sete cursos com cinco estrelas: Arte: História, Crítica e Curadoria, Ciências de Dados, Direito, Filosofia, Fonoaudiologia, Pedagogia e Relações Internacionais. No âmbito internacional, no Ranking das Universidades 2023-2024, elaborado pela consultoria britânica Quacquarelli Symonds (QS), a PUC-SP foi considerada a melhor Universidade particular do Estado de São Paulo, pelo QS Ranking America Latina e Caribe, e 2ª melhor do país entre as universidades privadas, pelo QS World University Ranking.

2.2. Hospital Santa Lucinda

O Hospital Santa Lucinda (HSL) caracteriza-se como um dos principais centros de atendimento à população de Sorocaba e região. Na região onde está instalado, 48 municípios utilizam o HSL, totalizando mais de 2,7 milhões de habitantes, e desses atendimentos mais de 60% (sessenta por cento) é direcionado ao Sistema Único de Saúde (SUS) através do Convênio Universitário. Entre os serviços de maior destaque, o HSL possui serviço especializado nas áreas: materno-infantil, pediatria, cirurgia cardíaca e hemodinâmica, cirurgia do aparelho digestivo, urologia, ginecologia e otorrinolaringologia, esta última conta com um ambulatório completo que atende às demandas pré-cirúrgicas, além de realizar diagnósticos fonoaudiológicos e atender às urgências referenciadas. Vale lembrar também das áreas de clínica médica (UTI Adulto e Neonatal), plástica e ortopedia. Como hospital de ensino, o processo de certificação teve seu início no ano 2004, sob a coordenação do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério da Educação (MEC). Esse processo tem o objetivo de certificar hospitais que desenvolvem, além das tradicionais atividades de atenção à saúde, formação de recursos humanos na área da saúde, além de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para o SUS.

O programa de certificação é regulado pela Portaria Interministerial MEC/MS nº 2.400 de 2 de outubro de 2007. Essa Portaria estabelece os requisitos mínimos que um hospital deve preencher para ser considerado hospital de ensino, a partir de quatro dimensões:

- Atenção à saúde/assistência
- Ensino
- Pesquisa, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia
- Gestão.

Em 2024, 79% dos pacientes internados no HSL corresponderam a pacientes SUS e 21% pacientes NÃO SUS. Esses pacientes geraram as seguintes demandas:

• HSL em números:

	12/2024	12/2023
Número de consultas ambulatoriais	59.850	50.966
Número de internações	11.622	11.706
Número de cirurgias	5.133	5.133
Número de partos	3.181	3.393
Número de exames laboratoriais	156.016	140.203
Número de exames complementares e de imagem	36.922	37.296

• Satisfação dos Pacientes:

Satisfação	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	Média Anual
Satisfação Geral %	98,3%	95,8%	93,0%	97,0%	97,9%	98,2%	97,9%	98,7%	97,0%	98,7%	97,9%	98,6%	97,4%
Insatisfação Geral %	1,8%	4,2%	7,0%	3,0%	2,1%	1,8%	2,1%	1,3%	3,0%	1,4%	2,1%	1,4%	2,6%
Meta HSL	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%
CQH - Média Geral	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	-
Atualização	07/02/2024	07/03/2024	22/04/2024	10/05/2024	05/06/2024	05/07/2024	02/08/2024	05/09/2024	04/10/2024	05/11/2024	04/12/2024	03/01/2025	

Como se pode observar, nossos clientes apresentam uma satisfação geral com a assistência prestada, refletindo nosso compromisso em oferecer serviços de qualidade aos pacientes, sendo este um diferencial importante do HSL na cidade, no Estado e no País, reconhecido pelos avaliadores dos Ministérios da Educação e da Saúde como ponto forte de nossa Faculdade e seu hospital de ensino, ambos mantidos pela FUNDASP.

2.3. DERDIC - Divisão de educação e reabilitação dos distúrbios da comunicação

A Deric é uma unidade com coordenação administrativa própria, subordinada à Fundação São Paulo. Como Unidade Suplementar da PUC-SP, é vinculada academicamente à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde - FACHS da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mantida da FUNDASP, e atua em dois eixos: Saúde e Educação. Tem como missão "educar surdos, prestar atendimento e tratamento a pessoas com alterações de audição, voz e linguagem, formar profissionais e realizar pesquisas, para que todos os envolvidos nas atividades institucionais possam assumir o papel de agentes de transformação social". Tem como valores "respeito e valorização à singularidade e à diversidade, coragem, ação educativa, atendimento humanizado, notoriedade profissional, transparência, compromisso, fidelidade à missão, coerência".

A DERDIC possui o Instituto Educacional São Paulo (IESP) - Escola de Educação Bilíngue para Surdos, que oferece bolsas de estudo 100% gratuitas a todos os estudantes, a Clínica de Audição, Voz e Linguagem "Prof. Dr. Mauro Spinelli" e o Centro de Audição

O Hospital possui 154 leitos operacionais (incluindo leito de UTI - Unidade Terapia Intensiva), e neste exercício 12/2024 obteve 67% de taxa de ocupação geral, sendo desta ocupação, 93,6% correspondente ao SUS.

O Hospital atua sob gestão municipal desde 2003 e está contratualizado com o município desde dezembro de 2013. No ano de 2019 realizamos a primeira discussão do reequilíbrio econômico financeiro do convênio, quando demonstramos ao gestor municipal o déficit causado pelo SUS, especialmente pela área materno-infantil, onde ajustamos o convênio, em que o gestor atendeu parcialmente ao nosso pedido, com o compromisso de que nos próximos anos o valor novamente seria revisado.

Na renovação do convênio universitário com o SUS ocorrida em julho de 2022, conseguimos novamente demonstrar a necessidade do ajuste financeiro, tendo em vista a inflação dos últimos anos e a falta de reajustes da tabela SUS.

Nosso principal objetivo em 2023 foi apurar o custo efetivo dos serviços prestados, para que assim pudessemos realizar uma nova negociação ainda mais efetiva com o gestor municipal, conseguimos separar a atividade do hospital em dois blocos a saber: de ensino e assistencial, apurando os custos e despesas de cada atividade.

O Hospital Santa Lucinda conseguiu junto a Secretaria Municipal de Saúde transformar espaços hospitalares ociosos, em objeto de novos convênios assistenciais com o município, esta ação foi realizada através do nosso Grupo de Captação de Recursos (GCR), onde o hospital contou com o apoio da Câmara de Vereadores que destinou mais de 2,8 milhões de reais que foram utilizados exclusivamente para realização de cirurgias eletivas (nas especialidades de ginecologia, urologia, cirurgia geral e otorrinolaringologia) visando reduzir o tempo da fila de cirurgias eletivas do município.

Demos continuidade a implantação Centro de Parto Humanizado Santa Dulce, que teve o início das obras em dezembro de 2021 e o início das atividades em 01/05/2023, dispondo de 6 salas dedicadas exclusivamente às nossas gestantes;

Em 2024, o HSL passou a fazer parte Programa da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, denominado tabela SUS Paulista, que passou a complementar o valor defasado da tabela SUS federal, isto permitiu a melhoria na condição geral do hospital, além de fortalecer as relações loco-regionais.

Em julho de 2024, após longa negociação, firmamos o novo convênio universitário que teve seu Plano Operativo Anual totalmente baseado nos custos e despesas hospitalares apurados no ano de 2023. Expandimos o número de leitos dedicados ao convênio universitário com mais 16 leitos dedicados ao serviço de cardiologia.

Ao longo do ano, o HSL passou por auditorias, entre elas a da Comissão de Avaliação da Contratualização (gestor municipal) e da Comissão de Monitoramento Regional do Programa Santas Casas Sustentáveis (Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo), auditorias internas e externas, as quais só fortaleceram e reafirmaram o compromisso do hospital em garantir à população uma assistência humanizada e de qualidade.

Para 2025 nosso principal objetivo é o aperfeiçoamento do nosso sistema de custos hospitalares, para que possamos aferir o impacto das mudanças do novo convênio, bem como se os recursos financeiros obtidos através do novo convênio foram capazes de reverter a situação de desequilíbrio financeiro histórico do nosso hospital.

Esperamos manter e até ampliar o campo de estágio da faculdade no Hospital Santa Lucinda tendo sempre como nosso foco o controle dos custos hospitalares e a redução do déficit do hospital.

na Criança (CeAC), que desenvolvem ações e serviços na área da saúde, em parceria com a gestão municipal para atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Seus 85 profissionais (56 administrativos e 29 docentes), oferecem formação educacional e atendimento clínico de excelência a uma clientela majoritariamente de baixa renda, além de produzir pesquisa com padrão internacional e de prestar assessoria às organizações afins.

A DERDIC atendeu no ano de 2024:

- 37 alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, com bolsas integrais concedidas de acordo com a Lei nº 12.101/2009, referente à certificação de entidades beneficentes de assistência social, revogada pela Lei Complementar nº 187, publicada em dezembro do mesmo ano. A abordagem utilizada nesta escola favoreceu o uso da Língua Brasileira de Sinais como língua de instrução e comunicação e o uso da língua portuguesa escrita, responsáveis pela aquisição do conhecimento e da leitura do mundo.

- Sábados letivos: Os sábados letivos ocorreram, conforme planejado, com atividades de cunho pedagógico cultural e educacional relacionado ao projeto anual, com alunos de diferentes anos distribuídos nas datas conforme a atividade pertinente ao ano. As atividades ocorreram nas seguintes datas: fevereiro - 03; março - 23; maio - 25; junho - 29; agosto - 03; setembro - 28; outubro - 19; novembro - 09; dezembro - 07.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

• **Escola da Família:** Nesta proposta, os pais contaram com a Coordenação Escolar, que coordenou os trabalhos oferecidos, dentre eles, os atendimentos individuais ou em grupos, espaço de escuta, orientação familiar, social e educacional através de reuniões, cursos, palestras e demais atividades conforme demanda da idade/ano. Os pais puderam também frequentar as aulas da Oficina Pedagógica de Libras que aconteceu uma vez por semana na modalidade presencial e remota.

A escola oferece ainda programa de Acessibilidade em Libras e programas Educacionais complementares, como a seguir:

• **Programa de Acessibilidade (Libras):** Tem como objetivo colaborar com a comunidade surda e ouvinte nas ações desenvolvidas em prol da criação de melhores condições de vida e de inclusão social para os Surdos. Nesse programa, foram oferecidos o Curso livre de LIBRAS para Pessoas Físicas, com 402 participantes, Curso introdutório de LIBRAS EaD para PJ, com 165 participantes, Oficina de LIBRAS contrapartida SMS, com 102 participantes, Palestra de Sensibilização para PJ, com 50 participantes, Tutoria curso de LIBRAS, com 53 participantes, Interpretação em LIBRAS, 105 participantes. Total de 877 participantes.

• **Programa de Empregabilidade para surdos:** Foi criado com o objetivo de qualificar jovens e adultos surdos, com dificuldade de ingresso no mercado de trabalho competitivo em decorrência da própria surdez, mas principalmente em decorrência da situação social de suas famílias e das lacunas apresentadas no desenvolvimento da escolaridade. O programa é inscrito no Conselho de Assistência Social de São Paulo. Vinculado ao programa, foram oferecidos os cursos a seguir:

- Empregabilidade do adolescente surdo: formação, protagonismo e criação de oportunidades e o autoconhecimento como facilitador na promoção de autonomia, protagonismo e cidadania do adolescente surdo, verba do FUMCAD, atendidos 54 surdos.

- O profissional surdo do século XXI - certificação em tecnologia e competências atitudinais - Verba: CONDECA, atendidos 15 surdos.

• **Assistência Social de São Paulo.** Vinculado ao programa, foram oferecidos os cursos a seguir:

- Oficinas de Vivências para o crescimento pessoal de jovens surdos entre 14 e 17 anos, verba do FUMCAD, atendidos 22 surdos.

- O profissional surdo do século XXI - certificação em tecnologia e competências atitudinais - Verba: CONDECA, atendidos 15 surdos.

- Inclusão Profissional de Surdos na empresa Camicado, atendidos 19 surdos.

• **Clínica de Audição, Voz e Linguagem Prof. Dr. Mauro Spinelli, Centro Audição na Criança - CeAC**

A Clínica oferece atendimento interdisciplinar a pessoas com alterações de audição, voz e linguagem. Além disso, assessora organizações da área de saúde, organiza eventos científicos, realiza pesquisas e publicações científicas e oferece oportunidade a alunos estagiários e profissionais em formação de aprofundarem os seus conhecimentos e desenvolverem suas práticas em um ambiente interdisciplinar. As atividades do Centro Audição na Criança envolvem crianças do nascimento até 6 anos de idade para procedimentos da saúde auditiva e formação de profissionais.

Organizada nos setores de Fonoaudiologia, Psicologia, Médico e Terapia Ocupacional e Serviço Social, a Clínica atende crianças, adolescentes, adultos e idosos por meio do convênio firmado com a Prefeitura Municipal de São Paulo/CER II - Centro Especializado de Reabilitação de Deficiência Auditiva e Intelectual/linguagem - SUS - Sistema Único de Saúde.

Em relação ao número de pacientes:

Quantidade	Descrição
27.254	Atendimentos presenciais agendados.
677	Pacientes atendidos por Teleatendimentos.
2.090	Pacientes receberam aparelhos auditivos e de amplificação sonora (Convênio SUS).
331	Diagnóstico diferencial de crianças menores de 5 anos de idade com suspeita de perda auditiva e reavaliações audiológicas.
462	Número de famílias atendidas em terapias fonoaudiológicas e de crianças diagnosticadas com perda auditiva e pacientes agendados pela deficiência intelectual.
85	Pacientes adultos e idosos em terapia fonoaudiológica.
95	Pacientes realizaram avaliação multiprofissional.
2.156	Acompanhamento audiológico de crianças usuárias de aparelhos de amplificação sonora individuais.

2.4. Centro Universitário Assunção - ASSUNÇÃO

O Centro Universitário Assunção - como instituição católica, está comprometido com a educação inspirada nos valores humanistas e nos princípios de liberdade de expressão, incentivando a prática pedagógica participativa e dialogada como forma de melhor entendimento entre professores, alunos e funcionários. Prepara os futuros profissionais para o exercício da cidadania e os qualifica para o mercado de trabalho.

O ASSUNÇÃO, em sua estrutura, conta atualmente com um Centro Universitário, localizado na Rua Afonso Celso, 671/711, Vila Mariana - SP, onde são ofertados cursos de: Graduação, Pós-Graduação (Lato Sensu) e Extensão.

Graduação: Os cursos de Graduação conferem diploma de Bacharelado e Licenciatura aos concluintes. Em 2024, foram ofertados 12 cursos de Graduação, dos quais 9 tiveram a formação de turmas iniciais.

Ao todo, 95 alunos concluíram os cursos de graduação em 2024.

Pós-Graduação (Lato Sensu): Tem por finalidade possibilitar aos alunos o aprofundamento de estudos feitos na graduação. Os cursos de Pós-Graduação - Lato Sensu são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação. Em 2024, foram ofertados 32 cursos, dos quais 16 tiveram a formação de turmas iniciais.

Ao todo, 136 alunos concluíram os cursos de pós-graduação em 2024.

Extensão: Tem como finalidade complementar os conhecimentos em uma determinada área ou ampliar noções sobre temas relativos ao campo de estudo ou área de atuação do participante. Em 2024 foram ofertados 13 cursos de Extensão, dos quais 3 tiveram a formação de turmas iniciais.

O ASSUNÇÃO, mantendo seu compromisso com a excelência acadêmica, possibilitou a titulação de novos especialistas. Em 2024, foram apresentados 120 trabalhos de conclusão dos cursos (TCC), por meio de artigos científicos elaborados e defendidos pelos alunos, sob a orientação de professores mestres e doutores.

O Centro Universitário Assunção realiza atividades no contexto de responsabilidade social, do atendimento e do oferecimento de serviços à comunidade:

Ações do ASSUNÇÃO na comunidade: A Instituição presta serviços à comunidade em áreas como assistência jurídica, assistência social e educação, por meio do Escritório de Assistência Jurídica (ESAJU), do Projeto de Intervenção Pedagógica para crianças com dificuldade de Aprendizagem e do Projeto de Cultura e Língua Portuguesa aos Refugiados e Imigrantes e o Programa Apadrinhamento Afetivo.

Ações do ASSUNÇÃO na área de cultura: Missas, lives e palestras com a participação dos discentes e docentes do ASSUNÇÃO. Ocorreram ações culturais de forma presencial e remota, com a realização de lives por meio da plataforma Microsoft Teams e pelo YouTube, além de visitas técnicas a empresas e museus como o Museu da Resistência etc.

Ações de responsabilidade social com os alunos:

Feira de Recrutamento e Carreira: Promoveu o encontro entre o corpo discente e as empresas de recrutamento, para atualizar os alunos sobre as demandas do mercado e estreitar o relacionamento do ASSUNÇÃO com as entidades da área, facilitando o acesso dos alunos às novas oportunidades de colocação profissional.

Em 2024, marcaram presença na Feira as organizações sociais como NUBE e CIEE, além de pequenos empreendedores da região.

Páscoa Solidária: arrecadou e entregou chocolates para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Festa Junina: contou com a participação de alunos e comunidade externa.

Projeto Cinema e Debate: viabilizou sessões de cinema, com a discussão posterior, contando com alunos e integrantes da comunidade.

NAF (Núcleo de Apoio Fiscal): Inauguração da parceria com o órgão da Receita Federal do Brasil, alcançando a 17ª colocação no país no Ranking NAF SP.

Projeto Umbrella Futura: A parceria com a Fundação Stiftung Kinder Schirm foi estabelecida em meados de 2023, com o objetivo de implementar o Projeto Umbrella Futura. O projeto visa oferecer bolsas de estudo, auxílio alimentação e apoio financeiro a jovens provenientes de SAICAS e Repúblicas Jovens, que não possuem rede de apoio familiar. Entre os anos de 2023 e 2024, 11 estudantes da graduação foram beneficiados pelo programa. Durante esse período, foram fornecidas aproximadamente 984 refeições aos alunos. Em 2024, o Centro Universitário Assunção fortaleceu ainda mais sua parceria com a entidade alemã.

Em outubro de 2024, o Centro Universitário Assunção recebeu a visita da Vice-presidente e do Presidente do Conselho Diretivo da Fundação Kinder-Schirm, acompanhados do Prof. Käßler, assessor científico da entidade. Na ocasião, foi inaugurada uma placa comemorativa na entrada da instituição e os representantes puderam conhecer onze bolsistas atendidos pelo projeto, destacando-se a admiração pela maturidade, dedicação e entusiasmo dos jovens. A cerimônia contou ainda com uma mensagem (em português e alemão) de apoio enviada, diretamente de Roma, pelo Cardeal Odilo Pedro Scherer, Grão-Chanceler do ASSUNÇÃO, reafirmando seu apoio à iniciativa.

Seminário Nacional de Prevenção das Violências no Ambiente Escolar: evento presencial e com transmissão simultânea pelo Youtube, contou com o apoio da CAPES, por meio do PAEB-EB - Programa de Apoio a Eventos no País para a Educação Básica. Contou com a presença de Mário Sérgio Cortela e o destaque para algumas palestras:

- **Palestra: Violência nas escolas:** aspectos sociais, educacionais e jurídicos.

Palestrante: Profa. Alessandra Medeiros (Assistente Social e professora) e Profa. Ana Carla Pinho - Advogada e professora de Métodos extrajudiciais de solução de conflito. Professora do Centro Universitário Assunção.

Data: 22/06/2024

Participantes: 150

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=JwvPLetnqF4>

- **Mesa redonda - Diretrizes para a proteção de crianças, adolescentes, jovens e adultos vulneráveis contra abusos sexuais.**

Palestrante: Pe. Everton Fernandes Moraes, da Arquidiocese de São Paulo.

Data: 23/05/2024

Participantes presentes: 150



FUNDAÇÃO SÃO PAULO
Mantenedora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
e Mantenedora do
Centro Universitário Assunção
CNPJ nº 60.990.751/0001-24

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

2024



ASSUNÇÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=4cccUXj8AZ4>

- Palestra: Guia de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.

Palestrantes: Profa. Viviane de Paula - Assistente Social do Tribunal de Justiça, coordenadora do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Assunção e professora da APROFEM - Sindicatos dos professores e funcionários municipais de São Paulo nas temáticas: violência e comunicação não violenta. Autora do Guia de Enfrentamento em conjunto com Thais Nascimento Dantas - Advogada e Membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB-SP.

Data: 24/05/2024

Participantes presentes: 240

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=d4DrjhgeN4A&t=4s>

- Oferta de 48 bolsas da CAPES pelo PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência para alunos de História e Pedagogia.

- Primeiro encontro de monitoria do Programa Teletandem Brasil, em parceria com a renomada Georgetown University, dos Estados Unidos.

- VIII Dia Mundial dos Pobres, um evento que busca promover a reflexão sobre a realidade e dignidade dos pobres, segundo a Doutrina Social da Igreja.

- Simpósio da Caritas Arquidiocesana de São Paulo: o evento abordou a Crise Socioambiental à luz da Laudato Si', encíclica publicada pelo Papa Francisco em 2015, promovendo um debate essencial sobre a nossa relação com a natureza e a importância de cuidar da "casa comum".

- Palestra informativa sobre os benefícios previdenciários realizada em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), através do Programa de Educação Previdenciária (PEP).

- Campanha Solidária "Vamos Fazer Juntos" - organizada pelos alunos contemplados pelo Projeto Vamos Sonhar Juntos - arrecadou itens para auxiliar as famílias do Rio Grande do Sul em razão da maior catástrofe climática de sua história.

- Campanha de Doação de Sangue, em parceria com a Fundação Pró-Sangue coletaram 79 bolsas, com o registro de 98 cadastros de doadores voluntários, e contribuíram para salvar 316 vidas.

- No Dia Mundial de Combate ao Câncer, houve o "Corte de Cabelo Solidário" em parceria com Instituto Amor em Mechas. Quase 1,5 kg de cabelo foi doado por alunos, professores e funcionários, o que é equivalente à produção de três perucas, que serão doadas a mulheres em tratamento quimioterápico ou com alopecia. Outro feito foi a arrecadação de R\$ 2.070,00 no bazar beneficente, quantia que patrocinará a confecção de 34 "Kits do Amor", os quais contêm maquiagens (batom, lápis de olho), bijuterias (colar e brincos), peruca, lenços, álcool-gel, máscaras e muito mais.

3. Desempenho operacional no último triênio (2024/2023/2022)

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta			
Mensalidades, taxas e inscrições	644.919	594.186	557.698
Cursos extracurriculares	25.340	26.116	27.978
Assistência e subvenções médico-hospitalares	92.517	61.935	58.016
Subvenções e doações educacionais	2.405	2.013	2.049
Outras receitas	24.591	27.269	15.825
	789.772	711.519	661.566
Deduções			
Bolsas de estudo filantrópicas	(97.503)	(76.756)	(71.076)
Bolsas de estudo (sociais)	(74.586)	(67.923)	(58.174)
Abatimentos concedidos sobre mensalidades	(8)	(446)	(52)
	(172.097)	(145.125)	(129.302)
Receita operacional líquida	617.675	566.394	532.264
Custos diretos e indiretos com atividades educacionais	(260.984)	(259.905)	(234.359)
Custos diretos com atividades hospitalares	(51.034)	(43.957)	(40.123)
Custos com mercadorias vendidas	(506)	(591)	(1.104)
Custo do serviço prestado	(312.524)	(304.453)	(275.586)
Superávit bruto	305.151	261.941	256.678
Despesas operacionais			
Salários, férias e encargos sociais	(151.264)	(145.497)	(131.165)
Despesas com serviços de terceiros	(38.736)	(34.273)	(32.870)
Administrativas e gerais	(42.314)	(40.480)	(29.921)
Pesquisas e desenvolvimento científico	(552)	(878)	(1.827)
Total despesas operacionais	(232.866)	(221.128)	(195.783)
Result. operacional antes indenizações, dev. duvidosos, depreciação e resultado financeiro	72.285	40.813	60.895
Aviso prévio e indenizações	(4.470)	(5.462)	(2.612)
Depreciações e amortizações	(11.344)	(12.364)	(11.067)
Resultado financeiro líquido	(23.077)	(22.361)	(28.388)
Despesas com devedores duvidosos e processos judiciais	(4.416)	(1.906)	(8.599)
Outras (receitas/despesas) operacionais	3.259	15.029	1.751
Resultado do exercício	32.237	13.749	11.980

Conforme demonstrado no quadro acima, e com base nas informações das demonstrações financeiras, em 2024 a Fundação manteve a geração de superávit líquido e continua gerando resultados operacionais positivos, possibilitando a continuidade da amortização de dívidas contraídas em períodos anteriores. A Instituição entende que a manutenção desse patamar de resultado operacional aponta para constante planejamento e eficaz administração para enfrentar o futuro, capazes de manter e consolidar o bom desempenho na educação superior que se apresenta cada vez mais competitiva.

A receita líquida operacional de 2024 foi de R\$617.675 milhões e apresenta acréscimo de 9,1% quando comparada com o período imediatamente anterior. Alcançou um resultado operacional de R\$72,3 milhões (R\$40,8 milhões em 2023), as ações da administração adequando os custos e despesas operacionais as receitas captadas, teve reflexo direto no resultado operacional, que demonstra a manutenção da busca pela sustentabilidade econômica e financeira da Fundação.

Para mantermos os níveis de resultado operacional, em volume suficiente para manutenção das atividades, amortização da dívida, investimentos e, principalmente, a continuidade do processo de sustentabilidade, é necessária a manutenção das medidas de controles financeiro e operacional já tomadas.

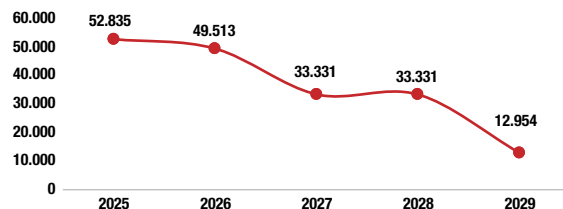
No âmbito operacional, a Instituição continuará a implementação das medidas de adequação da estrutura operacional e de custos ao atual volume de matrículas, compatibilizando-as através das premissas contidas no orçamento para o ano de 2025.

A Fundação manterá em 2025 os procedimentos iniciados em anos anteriores que visem à obtenção de êxito em negociações complexas de passivos contingentes, especialmente aqueles registrados para causas trabalhistas.

No último triênio, a Instituição atingiu resultado líquido superavitário, fato este que evidencia que a Fundação manteve o foco em seu controle orçamentário, demonstrando a eficácia em seus controles econômicos e financeiros.

O gráfico a seguir apresenta os montantes vinctados da dívida bancária ao final do exercício de 2024:

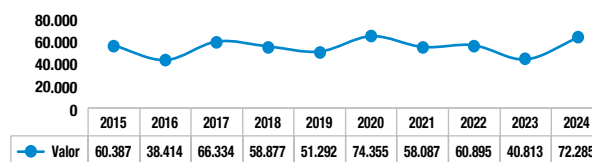
Evolução do Endividamento Bancário



A manutenção do resultado operacional em níveis positivos permite à Instituição honrar compromissos assumidos e ainda arcar com o pagamento dos encargos financeiros dessa dívida.

A seguir, demonstramos os resultados operacionais gerados pela Fundação nos últimos 10 anos:

Resultado Operacional Antes das (Indenizações, Devedores Duvidosos, Depreciação e Resultado Financeiro)



Estes resultados contribuem para que a Fundação consiga honrar seus compromissos com os credores, bem como investir em melhorias de infraestrutura de seus campi.

A efetivação e o monitoramento do planejamento estratégico organizacional e a busca de medidas que possibilitem o melhor controle dos gastos (investimentos, custos e demais despesas) no médio e longo prazo promove a continuidade dos resultados operacionais e líquidos positivos.

A evolução do patrimônio líquido indica que no ano de 2024 a Fundação manteve um acréscimo patrimonial decorrente novamente de resultado líquido positivo. Assim, manteve a consolidação da reversão da situação de passivo a descoberto. Destaca-se que essa reversão é oriunda de grandes esforços dispendidos pela Administração no tocante a melhorias em seus processos de gestão, no monitoramento e no controle que aperfeiçoem a utilização dos recursos (humanos, tecnológicos e materiais) sem perder a sua excelência e qualidade. Por fim, destaca-se também a administração de seu Patrimônio Líquido.



FUNDAÇÃO SÃO PAULO
Mantenedora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
e Mantenedora do
Centro Universitário Assunção
CNPJ nº 60.990.751/0001-24

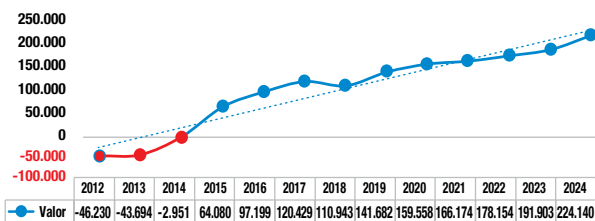
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

2024



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Evolução do Patrimônio Líquido



Considerações finais

Compatibilizar o trinômio composto pela sustentabilidade econômica, qualidade acadêmica e compromisso social continua sendo o grande desafio que envolve a gestão da Fundação São Paulo.

Os professores da PUC-SP trabalham sob o regime de um contrato diferenciado das outras universidades privadas. Todo professor da PUC-SP dispõe de horas para pesquisa e produção científica, além das aulas, gerando uma condição de trabalho e remuneração maiores que aquelas estabelecidas pelo sindicato da categoria. É este diferencial que faz da Universidade referência nacional e internacional no mundo acadêmico.

A Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Centro Universitário Assunção, conforme preconiza seu estatuto, não tem fins lucrativos e aplica integralmente seu resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, e assume firmemente diretrizes de sustentabilidade, mantendo sua identidade de excelência acadêmica e compromisso social.

Com 79 anos de existência, a Instituição apresenta um passado digno e comprometido com a sociedade brasileira e um futuro promissor caracterizado pelo compromisso social e pela qualidade e excelência acadêmica, conquistadas com a busca contínua da

convergência entre interesse, compromisso e virtude, que fazem de suas atividades um fator de desenvolvimento das pessoas, da sociedade e do país, semeando terreno fértil para seu próprio crescimento.

Construir e consolidar, com ética e compromisso, construindo uma civilização do diálogo, do respeito e da paz, são os verbos que pautarão nossos trabalhos.

Declaração dos diretores

Os Diretores da Fundação São Paulo declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes, emitido em 07/04/2025, com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Relacionamento com os auditores independentes

Informamos que a Fundação São Paulo consultou os auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Fundação na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a Ernst & Young Auditores Independentes não prestou outros serviços adicionais para as demonstrações financeiras da Fundação São Paulo.

A Ernst & Young Auditores Independentes declarou que a prestação dos serviços de auditoria foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderia afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

São Paulo, 07 de abril de 2025

Diretoria Executiva da Fundação São Paulo
Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Mantenedora do Centro Universitário Assunção



BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	63.052	66.856
Aplicações financeiras vinculadas	4	9.124	7.565
Contas a receber de alunos e hospital	5	41.799	32.679
Bolsas restituíveis	6	2.607	2.857
Estoques		2.266	1.983
Adiantamentos a funcionários		1.890	1.737
Despesas antecipadas		1.141	679
Outros ativos	7	4.228	7.532
Total circulante		126.107	121.888
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de alunos e hospital	5	695	895
Outros ativos	7	191	630
Aplicações financeiras em garantia de empréstimos	8	37.187	40.163
Créditos de certificado de potencial adicional de construção	9	5.695	5.695
Investimentos (Associação Cultural São Paulo)	10	10	10
Outros		19	19
		43.797	47.412
Imobilizado	11	266.040	266.412
Intangível	12	52.595	52.624
Propriedades para investimentos	13	149.204	143.055
Direito de uso	14	16.084	11.110
Total não circulante		483.923	473.201
Total do ativo		653.827	642.501

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		15.915	14.347
Empréstimos e financiamentos	15	52.835	58.766
Salários, férias e encargos sociais a pagar	16	54.351	52.664
Tributos parcelados	17	8.557	8.442
Mensalidades antecipadas	18	23.100	18.561
Processos judiciais a pagar	19	5.266	5.008
Passivo de arrendamento	14	3.254	5.270
Outras contas a pagar	20	5.377	4.414
Total circulante		168.655	167.472
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	129.129	146.107
Tributos parcelados	17	104.913	110.846
Provisão para riscos judiciais	21	8.660	9.896
Passivo de arrendamento	14	15.146	9.191
Processos judiciais a pagar	19	78	1.575
Outras contas a pagar	20	3.106	5.511
Total não circulante		261.032	283.126
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	22	106.703	88.858
Ajuste de avaliação patrimonial	22	85.200	89.296
Superávits acumulados		32.237	13.749
Total do patrimônio líquido		224.140	191.903
Total do passivo e do patrimônio líquido		653.827	642.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios Findos Em 31 De Dezembro De 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	24	617.675	566.394
Custos diretos educacionais e hospitalares	25	(312.524)	(304.453)
Superávit bruto operacional		305.151	261.941
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas com pessoal	26	(155.734)	(150.959)
Despesas gerais e administrativas	27	(42.314)	(40.480)
Despesas com serviços de terceiros	28	(38.736)	(34.273)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.2 e 6	(4.878)	(5.499)
Provisão para processos e contingências judiciais	21.1	462	3.593
Depreciações e amortizações	11.2, 12 e 14a	(11.344)	(12.364)
Despesas com pesquisas e desenvolvimento científico		(552)	(878)
Outras receitas	29	3.259	15.029
		(249.837)	(225.831)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		55.314	36.110
Receitas financeiras	30	26.680	30.009
Despesas financeiras	30	(49.757)	(52.370)
Superávit do exercício		32.237	13.749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	2024	2023
Superávit do exercício	32.237	13.749
Realização de avaliação patrimonial	(4.096)	(4.096)
Superávit abrangente total do exercício	28.141	9.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Valores recebidos dos clientes	582.987	535.055
Pagamentos de obrigações sociais e trabalhistas	(415.292)	(409.576)
Pagamentos a fornecedores de materiais e serviços e outras contas a pagar	(122.982)	(105.889)
Pagamentos de obrigações, impostos, taxas e tributos	(9.983)	(9.376)
	34.730	10.214
Outros recebimentos (pagamentos)		
Recebimentos de aluguéis	3.403	3.928
Recebimentos de subvenções	4.029	6.184
Recebimentos de doações	465	356
Recebimentos de inscrições e concursos	4.087	3.453
Outros recebimentos	4.085	4.924
Despesas bancárias pagas	(1.237)	(1.491)
Pagamentos de processos judiciais	(8.523)	(10.688)
Pagamentos de depósitos judiciais	(2)	(9)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(26.364)	(29.390)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	14.673	(12.519)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compras de imobilizado	(7.489)	(6.894)
Juros recebidos	13.964	15.187
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	6.475	8.293
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(143.266)	(131.970)
Captação de empréstimos e financiamentos	120.357	145.000
Amortização de arrendamento de imóvel	(5.019)	(5.190)
Aplicações financeiras em garantia de empréstimos	2.976	(15.211)
Caixa líquido aplicado nas das atividades de financiamento	(24.952)	(7.371)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(3.804)	(11.597)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	66.856	78.453
No final do exercício	63.052	66.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	72.782	93.392	11.980	178.154
Incorporação do superávit ao patrimônio social	11.980	—	(11.980)	—
Realização de avaliação patrimonial	4.096	(4.096)	—	—
Superávit do exercício	—	—	13.749	13.749
Saldos em 31 de dezembro de 2023	88.858	89.296	13.749	191.903
Incorporação do superávit ao patrimônio social	13.749	—	(13.749)	—
Realização de avaliação patrimonial	4.096	(4.096)	—	—
Superávit do exercício	—	—	32.237	32.237
Saldos em 31 de dezembro de 2024	106.703	85.200	32.237	224.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Fundação São Paulo ("FUNDASP" ou "Fundação") é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como filantrópica, instituída em 1945, e mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ("PUC-SP" ou "Instituição"), fundada em 13 de agosto de 1946, do Hospital Santa Lucinda (HSL), fundado em 1950, e do Centro Universitário Assunção ("ASSUNÇÃO" ou "Instituição"), constituído em julho de 2002.

A Fundação cumpre seus objetivos sociais aplicando integralmente no País os recursos financeiros por ela gerados em ensino, pesquisa e assistência social, prestando relevantes serviços à comunidade na qual está inserida, com atuação nas áreas social, da saúde, educação, pesquisa e cultura.

Para manter-se como uma fundação sem finalidade de lucro, as seguintes condições devem ser seguidas pela Fundação, as quais estão sendo cumpridas:

(a) Não remunerar, por nenhuma forma, os membros do Conselho Superior, do Conselho de Assessoria em Administração e Finanças, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal pelos serviços prestados.

(b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

(c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.

(d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, assim como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.

(e) Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

Unidade educacional - PUC-SP

Seus objetivos principais são:

- A assistência social desenvolvida por meio de programas de inclusão, desenvolvimento e transformação.
- A formação de profissionais técnicos e científicos de nível superior, pós-graduação e extensão universitária, abertos aos valores de cooperação responsável, de justiça e dignidade humana, sensíveis aos problemas do País e às implicações de sua profissão.
- Outras atividades de caráter cultural, social, filantrópico e de pesquisa científica.

Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se os cursos de graduação, pós-graduação, especialização e extensão universitária, os diversos núcleos de pesquisa, a participação no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas, os programas e projetos sociais e o atendimento clínico e hospitalar.

A PUC-SP conta com *campi* universitários, sendo três localizados no município de São Paulo: Perdizes, Consolação, Ipiranga e um no interior: Sorocaba.

Unidade educacional - Centro Universitário Assunção - ASSUNÇÃO

Seus objetivos principais são:

- Comprometimento com a educação, inspirada nos valores evangélicos e nos princípios de liberdade de expressão;
- Preparar os futuros profissionais para o exercício da cidadania e qualificá-los para o mercado de trabalho;
- Aprimoramento qualitativo de seus egressos, dando ênfase ao crescimento pessoal e à capacitação para o aperfeiçoamento contínuo, seja por meio de cursos de pós-graduação lato sensu e aperfeiçoamento, seja por meio de grupos de estudo.
- Como instituição católica, incentiva a formação humanista e a prática pedagógica participativa e dialogada, como forma de melhor entendimento entre professores, alunos e funcionários.

Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se os cursos de graduação, especialização e extensão universitária.

O ASSUNÇÃO conta com um Centro Universitário localizado no município de São Paulo.

Unidade Hospitalar - HSL

O HSL está localizado na Rua Cláudio Manoel da Costa, nº 57 - Jd. Vergueiro, na cidade de Sorocaba/SP, e foi fundado em 1950, quando o Dr. José Emílio de Moraes doou uma área pertencente ao Grupo Votorantim para abrigar a Escola de Enfermagem e Faculdade de Medicina de Sorocaba. Em 1977, o HSL passou a fazer parte da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde da PUC-SP, mantida pela Fundação. Atualmente, o HSL possui parceria com o governo municipal de Sorocaba, trabalhando, também, de modo particular e por meio de operadores de planos de saúde.

Decorrente de sua integração com a PUC-SP sediada em Sorocaba, o HSL atua como campo de estágio nas áreas de medicina e enfermagem e possui o mérito de ser o único hospital da cidade a possuir em seu corpo clínico todos os membros do corpo acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde.

1.2. Impostos, contribuições e programas de bolsas (renúncia fiscal)

i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
A Fundação, em virtude de ser uma instituição de educação, sem fins lucrativos, e entidade beneficente de assistência social, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, em conformidade com o disposto nos arts. 150, VI, "c", e 195, § 7º, ambos da Constituição Federal, e de acordo com o art. 181 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, bem como de acordo com o art. 3º da Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

ii) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)
Conforme previsto no Decreto Federal nº 6.306/2007, artigo 2º, § 3º, as operações realizadas pelas instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que vinculadas às suas finalidades essenciais, não se submetem à incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Para atestar tal situação às instituições financeiras com as quais realiza operações, a Fundação envia-lhes declaração de que é imune, não estando sujeita à incidência desse imposto sobre as referidas operações.

Quanto ao IRRF, a Lei Federal nº 9.532/1997, em seu artigo 12, § 1º, prevê que os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável pelas instituições de educação ou de assistência social não estão abrangidos pela imunidade. Por força da medida liminar concedida em 1998 no bojo da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 1.802/1998 a Fundação São Paulo enviava às instituições financeiras com as quais possui as citadas aplicações uma Declaração sobre a sua imunidade. Em abril de 2018 houve o julgamento da ADIN sendo o referido dispositivo, entre outros, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ratificando a medida liminar. O trânsito em julgado da ação foi certificado em 14/05/2018. Com isso, as entidades sem fins lucrativos detêm plena e definitiva segurança jurídica para gozarem de sua imunidade tributária sem a necessidade de atender às indevidas limitações que eram impostas pela Lei nº 9.532/1997.

iii) Programa de Integração Social (PIS)

A Fundação São Paulo, sendo instituição de educação e assistência social nos termos do artigo 12 da Lei nº 9.532/1997, e por ser detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), ajuizou uma ação judicial em 2000 (Processo nº 0008249-51.2000.4.03.6100) para questionar a obrigatoriedade de recolhimento da contribuição ao PIS, imposta pela Medida Provisória nº 1.858/99, desde a sua edição, compreendido o período abrangido por suas sucessivas reedições, cuja obrigação atualmente é regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.524/2002.

Nessa ação, foi demonstrado que a obrigatoriedade prevista na medida provisória colidia com as disposições dos artigos 150, VI, "c", e 195, §7º, da Constituição Federal, que asseguram a imunidade tributária às entidades beneficentes de assistência social no que se refere a impostos e contribuições sociais, desde que atendam às exigências estabelecidas em lei. Além disso, destacou-se que, embora o artigo 195, §7º condicione a imunidade ao cumprimento de exigências legais, tais requisitos deveriam ser instituídos por meio de lei complementar.

Paralelamente à tramitação da ação judicial da FUNDASP, estavam em trâmite no Supremo Tribunal Federal Ações Diretas de Inconstitucionalidade relacionadas à matéria (ADI's 2028, 2036, 2228 e 2621), bem como o Recurso Extraordinário nº 566.622/RS, com repercussão geral. Em 18/12/2019, a Suprema Corte concluiu a apreciação conjunta dos embargos de declaração opostos no recurso extraordinário e ADI's nº 2.028, 2.228, 2.036 e 2.621, conferindo à tese do Tema RG nº 32 a seguinte formulação: "A lei complementar é forma exigível para a definição do modo beneficente de atuação das entidades de assistência social contempladas pelo art. 195, §7º da CF, especialmente no que se refere à instituição de contrapartidas a serem por ela observadas."

A ação da FUNDASP foi julgada procedente, com o julgamento finalizado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região em sessão realizada em 04 de abril de 2023. No julgamento, os Desembargadores da Quarta Turma, por unanimidade, reconheceram a imunidade pleiteada pela FUNDASP com base no cumprimento dos requisitos do artigo 14 do CTN. Foi certificado o trânsito em julgado do acórdão em 10/06/2024.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Com a decisão definitiva, a FUNDASP está desobrigada do recolhimento da contribuição ao PIS, garantindo o exercício pleno de seu direito à imunidade tributária.

iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A Fundação, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, beneficente e de assistência social, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Fundação, de acordo com as Leis nºs 9.718/1998 e 10.833/2003, com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e o Decreto Federal nº 4.524/2002. Além disso, a COFINS está abrangida na imunidade de contribuições para a seguridade social, prevista no art. 195, §7º, da CF, sendo que o CEBAS vigente é documento hábil a comprovar tal imunidade.

v) Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)

No Município de São Paulo, até 2015, a imunidade da Fundação em relação ao ISS e ao IPTU era reconhecida por meio de despachos de deferimento publicados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. A partir do exercício de 2015, inclusive, a imunidade passou a ser atestada por meio da Declaração de Imunidade Tributária emitida e renovada anualmente por meio do Sistema de Declaração de Imunidades (SDI), da Prefeitura Municipal de São Paulo/Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, instituída pelo Decreto Municipal nº 56.141/2015 e disciplinada pela Instrução Normativa da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico nº 07/2015. Para o exercício de 2024, a imunidade da Fundação foi atestada pela Declaração 2024-000054/CR02.

Já a imunidade referente ao ITBI é concedida mediante o envio de uma declaração específica pelo SDI para cada operação de aquisição de imóvel.

No Município de Sorocaba, a imunidade da Fundação no que se refere ao IPTU e ao ISS é reconhecida por meio de processos administrativos instaurados a cada três anos. No último processo (2021/025084-1) a Municipalidade reconheceu a imunidade tributária da Instituição para o período de 01/01/2022 a 31/12/2024.

vi) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

A Fundação, por ser detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS vigente, é imune ao recolhimento da contribuição previdenciária patronal. Destaca-se que a Fundação São Paulo ajuizou, em maio de 1999, uma ação declaratória com pedido de tutela antecipada (Processo nº 0024241-86.1999.4.03.6100), em razão das alterações legislativas introduzidas pela Lei nº 9.732/98 e, posteriormente, pelo Decreto nº 30.048/99. Por meio dessa ação, buscou o reconhecimento da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigasse a Instituição ao recolhimento da contribuição patronal incidente sobre a folha de salários e remunerações, fundamentando-se na imunidade prevista no artigo 195, §7º, da Constituição Federal. A ação foi julgada procedente, sendo reconhecido pelo juízo de primeira instância e pelo Tribunal que todos os requisitos exigidos para o enquadramento na norma imunizadora foram satisfeitos.

Em contrapartida, a legislação exige que a Fundação conceda uma bolsa de estudos integral para cada cinco alunos pagantes. Essa exigência estava prevista na Lei nº 12.101/2009, a qual foi declarada inconstitucional, por decisão do STF, que julgou parcialmente procedente a ADI nº 4.480, no que se refere à necessidade de que os requisitos para fruição da imunidade sejam disciplinados por meio de lei complementar, e não por lei ordinária, o que resultou na publicação da Lei Complementar nº 187, em 16 de dezembro de 2021. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na Nota Explicativa nº 33.

vii) Benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI)

O PROUNI foi instituído pela Lei nº 11.096/2005, alterada pela Lei nº 14.350/2002, com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos.

A gestão do PROUNI cabe à Sesu/MEC, com o qual a Fundação firmou Termo de Adesão para cada um dos campi de suas instituições mantidas. Na PUC-SP, o termo foi firmado em novembro de 2004, para vigorar a partir do 1º semestre de 2005, com prazo de vigência de 10 (dez) anos, conforme disposto no Art. 5º, § 1º, da Lei nº 11.096/2005. Com o término dessa vigência, foram firmados, em dezembro de 2014, para início da vigência no 1º semestre de 2015, Termos de Renovação de Adesão para todos os campi, por igual período. Nos semestres seguintes, foram emitidos Termos Aditivos, nos prazos estabelecidos pelo Ministério da Educação, inclusive para o fim de constar as bolsas a serem concedidas no Centro Universitário Assunção, também mantido pela Fundação São Paulo.

Na composição de sua gratuidade a Fundação utiliza o PROUNI para o cumprimento da proporção de número de pagantes e bolsas de estudos concedidas.

1.3. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2024, a Fundação, apresenta capital circulante líquido negativo de R\$42.548 (R\$45.584 em 31 de dezembro de 2023) e patrimônio líquido de R\$224.140 (R\$191.903 em 31 de dezembro de 2023). Os planos da Administração para manter o equilíbrio de sua situação patrimonial são:

- Expandir a receita pela captação de novos alunos e novos cursos.
- Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos.
- Corrigir as mensalidades, a fim de estar alinhadas aos índices de atualização dos principais custos da Fundação.
- Reduzir as despesas e os custos com pessoal.
- Analisar a margem de contribuição de cada curso, avaliando, semestralmente, quais cursos devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados.
- Manter o parcelamento dos tributos federais pelo Programa de Recuperação Fiscal (REFIS I), que permite a adimplência fiscal por meio do pagamento de uma parcela mensal compatível com a realidade financeira da Fundação.
- Intensificar a participação de programas governamentais (bolsas), melhorando o fluxo financeiro de recebimento.

(viii) Melhorar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência.

(ix) Ofertar novas fontes de financiamento privado estudantil aos alunos que se encontram com dificuldade financeira.

(x) Usar a evolução contínua dos processos administrativos financeiros, de forma a agilizar as rotinas internas.

(xi) Ampliar o nível de controle dos recursos pertencentes à Fundação.

(xii) Manter práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.

(xiii) Renovar e atualizar seus recursos tecnológicos.

(xiv) Investir em melhorias de infraestrutura nos diversos campi, bem como no HSL.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico-financeiro da Fundação, que visa a eliminar dívidas trabalhistas e reduzir os passivos tributários, bem como reduzir o volume de endividamento bancário.

Diversas ações, como as descritas anteriormente, no sentido de manter o equilíbrio econômico-financeiro, vêm sendo tomadas, no contexto da sólida gestão da Fundação, as quais continuarão sendo executadas ao longo de 2025, permitindo um melhor equilíbrio de caixa e, com isso, recuperação da sua capacidade de investimento, possibilitando a continuidade e o aumento dos investimentos na qualificação contínua do seu quadro de colaboradores e instalações físicas.

A Administração da Fundação acredita que todas essas medidas trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro de curto, médio e longo prazos.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros".

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva em 07 de Abril de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Fundação na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo, as propriedades para investimento e os créditos de certificado de potencial adicional de construção, que também são mensuradas pelo valor justo.

c) Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Fundação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Fundação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas, em 31 de dezembro de 2024, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 3(h) - Valor depreciável, que é o custo de um ativo ao longo de sua vida útil estimada de cada componente.
- Nota Explicativa nº 21 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos por demandas fiscais, trabalhistas e cíveis.
- Notas Explicativas nº 5 e nº 6 - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e bolsas restituíveis.
- Nota Explicativa nº 9 - Mensuração do valor justo dos créditos de certificado de potencial adicional de construção.
- Nota Explicativa nº 13 - Mensuração do valor justo das propriedades para investimento.

e) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Fundação requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Fundação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Fundação reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

A Fundação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - Instrumento de dívida; ao VJORA - Instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2024, a Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - Instrumento de dívida ou VJORA - Instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Fundação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJR.

Ativos financeiros registrados pelo VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e hospital, bolsas restituíveis, certificado de potencial construtivo a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços.

Redução no valor recuperável (impairment) - ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Fundação não possuía em 31 de dezembro de 2024 e 2023 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de *hedge*.

b) Arrendamento

A Fundação adotou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva simplificada.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Fundação, como arrendatário, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

i) Definição de arrendamento

A Fundação avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

ii) Ativos arrendados

A Fundação arrenda basicamente os imóveis:

- Rua da Consolação - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC-SP (COGEAE), onde são ofertados cursos de especialização e extensão;
- Rua Voluntários da Pátria, 1653 - Santana;
- Avenida Nazaré, 993 - Ipiranga, Campus Ipiranga, são ofertados alguns cursos de graduação;

- Rua João Ramalho, 295 - Escritório Modelo “Dom Paulo Evaristo Arns” é uma unidade de Prática da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;

- Rua da Consolação, 881 - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC-SP (COGEAE), onde são ofertados cursos de especialização e extensão. Em 2023 a Fundação arrendou 903 Equipamentos de Informática por período de 60 meses. Os equipamentos de informática objeto deste arrendamento foram utilizados primordialmente para fins educacionais.

iii) Políticas contábeis significativas

A Fundação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Fundação. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes e descontados pela taxa incremental nominal de aproximadamente 12,28% a.a. referente aos imóveis variando de acordo com o prazo de cada contrato e 13,09% a.a. referente aos equipamentos de informática.

A Fundação aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Fundação está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

c) Reconhecimento de receitas e bolsas de estudo concedidas

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos (Nota Explicativa nº 24).

a) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Fundação e quando puder ser mensurada de forma confiável.

As receitas com contribuições dos alunos (mensalidades) são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência.

As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em concursos e vestibulares.

b) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas com base na totalidade das receitas efetivamente recebidas, incluindo ainda os créditos públicos provenientes do Financiamento Estudantil (FIES), atendendo às determinações da Lei nº 12.101/2009 (com as alterações advindas da Lei nº 12.868/2013), do Decreto Federal nº 2.536/1998 e da Lei nº 11.096/2005, que introduziu o PROUNI, bem como a legislação pertinente à filantropia. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado e de forma segregada das receitas a que se referem.

Alteração na legislação do FIES

Em dezembro de 2014, o MEC definiu as Portarias Normativas nºs 21 e 23, que modificaram principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais, reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para os alunos ingressantes a partir de março de 2015. O principal impacto medido pela Fundação refere-se ao desconto de 5% (cinco por cento) instituído pelo Governo para o repasse do crédito.

c) Prestação de serviços médicos

Os procedimentos médicos concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Os procedimentos médicos que se encontram em curso e não podem ser finalizados, até o encerramento das demonstrações financeiras, são avaliados e quantificados, sendo reconhecidos pelo regime de competência, líquidos de descontos, abatimentos e possíveis glosas estimadas.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

d) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro, ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

e) Subvenções e doações

As receitas oriundas de subvenções e doações são registradas conforme determina a ITG 2002 (entidades sem fins lucrativos), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção.

f) Mensalidades antecipadas

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência desse tratamento, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Fundação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

e) Aplicações financeiras

Os recursos classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a valores aplicados com vencimento superior a 90 (noventa) dias e que não possuem perspectiva de serem utilizados pela Administração antes dos vencimentos previamente estabelecidos.

f) Contas a receber

Apresentadas aos valores de realização, deduzidos do ajuste para créditos de liquidação duvidosa, que é constituído com base na análise dos riscos de perda esperada da realização do contas a receber.

As contas a receber são segregadas e compostas pelos segmentos educacional (mensalidades, acordos celebrados com estudantes de mensalidades vencidas e em cobranças judiciais) e hospitalar (procedimentos médicos a receber de convênios ou particulares).

g) Estoque

Os estoques referem-se aos medicamentos e materiais médico-hospitalares utilizados na prestação de serviços de saúde no HSL e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel e, em geral, compreende materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar.

Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

h) Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as unidades educacionais e o complexo hospitalar no qual são desenvolvidas as operações da Fundação, os quais são demonstrados pelo valor de custo, deduzidos da depreciação acumulada. Os demais bens estão apresentados ao custo histórico de aquisição, acrescidos dos gastos necessários à entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou das peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos	Taxa de depreciação anual
Edificações	25 a 64 anos	1,56% a 4,0%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10,0%
Móveis e utensílios	10 anos	10,0%
Equipamentos de informática	5 a 8 anos	12,5% a 20,0%
Ferramentas	10 anos	10,0%
Biblioteca	10 anos	10,0%
Instalações	10 anos	10,0%
Benfeitorias em imóveis próprios	25 a 64 anos	1,56% a 4,0%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos	20,0%
Equipamentos hospitalares	5 a 20 anos	5,0% a 20,0%
Veículos em uso	7 anos	14,28%
Enxoval hospitalar	3 anos	33,34%

A vida útil dos ativos é revisada nas datas de encerramento dos exercícios, não tendo ocorrido alterações significativas em relação à vida útil estimada no exercício anterior.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se este valor for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

i) Intangível - softwares

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de dez anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

j) Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13.

As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. As variações (ganhos ou perdas) resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidas no resultado do período no qual as mudanças ocorrerem, especificamente em conta destacada no grupo "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas". As avaliações foram efetuadas por especialistas independentes externos.

O valor justo das propriedades para investimento não reflete os investimentos futuros em capital fixo que aumentem o valor das propriedades, tampouco os benefícios futuros relacionados derivados desses dispêndios futuros.

k) Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

b) Provisões para riscos judiciais

A Fundação é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos será feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor pode ser feita. (Vide Nota Explicativa nº 3.2.a).

l) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído um ajuste do ativo para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Fundação avalia os ativos do imobilizado quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

m) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos

A Fundação apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Fundação considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Fundação.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Fundação sobre condições de que a Fundação não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

i) Mensuração das perdas com crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito da carteira de recebíveis da Fundação. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

ii) Glosas

É a recusa parcial ou total de uma fatura, por parte da operadora de plano de saúde, por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. Seu registro é realizado no momento em que a Fundação recebe a notificação da operadora do plano de saúde.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Considerando-se as particularidades dos ativos da Fundação, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. Esse valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Fundação.

iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Fundação são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Durante o exercício de 2024, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros.

n) Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC)

Este direito é um título ao portador que pode ser comercializado no chamado "mercado secundário" e atende à premissa de expectativa de geração de benefício econômico para a Fundação. O valor apresentado nas demonstrações financeiras indica a expectativa da Administração da Fundação quanto à sua realização, em conjunto com os esforços de negociação desse título, para o qual, quando efetivamente negociado, prevalecerá o valor de mercado na data de cada negociação.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

p) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Fundação não foi afetada por qualquer determinada alteração, norma ou interpretação de novos pronunciamentos contábeis no exercício.

q) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, e que possam vir a impactar a Fundação, estão descritas a seguir. A Fundação pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Fundação está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Fundação não é elegível para aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado. Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa

convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Fundação não espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da entidade.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Fundação não espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da entidade.

r) Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar, conforme estabelecido na ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida às despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Fundação realizou reuniões com a participação de seu corpo de diretores e conselheiros, o qual seria equivalente ao valor justo total de R\$23 em 2024 e R\$23 em 2023.

s) Apresentação das informações por segmentos operacionais

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada de decisões estratégicas da Fundação, tendo como suporte: Conselho Superior, Conselho Fiscal, Conselho de Assessoria em Administração e Finanças, e Conselho Consultivo.

Unidade educacional - PUC-SP e Centro Universitário Assunção (ASSUNÇÃO):

Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se os cursos de graduação, pós-graduação, especialização e extensão universitária, os diversos núcleos de pesquisa, a participação no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas, os programas e projetos sociais e o atendimento clínico e hospitalar.

Unidade hospitalar - HSL:

Além das tradicionais atividades de atenção à saúde, o HSL atua como campo de estágio nas áreas de medicina e enfermagem e possui o mérito de ser o único hospital da cidade de Sorocaba-SP a possuir em seu corpo clínico todos os membros do corpo acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

	2024	2023
Recursos não vinculados - Caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e bancos	4.349	4.531
Aplicações financeiras (i)	58.703	62.325
	63.052	66.856

Recursos vinculados:		
Aplicações financeiras (ii)	9.124	7.565
	9.124	7.565

(i) Referem-se a aplicações financeiras compromissadas, de alta liquidez e que podem ser prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não sendo vinculadas a operações de risco e são remuneradas a taxas que variam entre 92% e 102,35% (84% e 103,2% em 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

(ii) Recursos vinculados:

Composição dos recursos vinculados

	2024	2023
(a) Convênio SUS PA 5001/2024 - recurso federal	3.881	—
(a) Convênio SUS PA 5001/2024 - recurso estadual	2.687	—
(b) Emenda Cirurgias Eletivas - 3ª e 4ª Etapas - PA 2024.12004	1.041	—
(c) Convênio PA 2023/5009	280	1.456
(d) Convênio 025/SMS.G/2023 (DERDIC)	8	356
(e) Convênio 336/2020 (Emenda Danilo Balas)	239	224
(f) Convênio Inclusão Digital Idoso (TF 54/2022/SMDHC/FMID)	—	224
(g) Convênio SUS PA 1501/2022 - recurso federal	83	3.245
(g) Convênio SUS PA 1501/2022 - recurso municipal	2	389
(g) Convênio SUS PA 1501/2022 - recurso estadual	3	176
(h) Convênio Hospital Estratégico	—	1.129
(i) Emenda Deputado Carlos Cezar- Convênio 2745/2024	200	—
(j) Emenda Cirurgias Eletivas - 2ª Etapa- PA 17066/2023	133	—
(k) Emenda Cirurgias Eletivas de Urologia- PA 10471/2024	100	—
(l) Emenda Vereadora Iara Bernardi - PA 18904/2023	100	—
(m) Emenda Maria Lucia Amary - Convênio 557/2024	52	—
Outros projetos	315	366
Total	9.124	7.565

(a) Convênio PA 5001/2024: Prestação de serviços de saúde ambulatoriais e hospitalares nas áreas de Clínica Cirúrgica, Clínica Médica, Pediatria, Internações Obstétricas, Cardiologia, UTI Adulto e UTI Neonatal, conforme descrito no Plano Operativo Assistencial.

(b) Emenda Cirurgias Eletivas (3ª e 4ª Etapas): Ampliação da prestação de serviços de saúde na área de cirurgia Geral (colecistectomia, fechamento de colostomia, hérnia geral e de hiato), Cirurgias Urológicas (Lico Laser) e Cirurgias Ginecológicas (histerectomia abdominal/vaginal).

(c) Convênio PA 2023/5009: Utilização do recurso financeiro advindo da PORTARIA GM/MS Nº 443, DE 3 DE ABRIL DE 2023 para aquisição de equipamentos e móveis, climatização das Unidades de Terapia Intensiva (equipamentos, insumos e mão de obra) e Locação Mensal de Gerador.

(d) Convênio 025/SMS.G/2023: Utilização do recurso financeiro advindo da PORTARIA GM/MS Nº 443, DE 3 DE ABRIL DE 2023, em apoio à manutenção de unidades de saúde (incremento MAC), destinada à aquisição de equipamentos utilizados pela Instituição nos atendimentos de saúde realizados.

(e) Convênio 336/2020 (Emenda Danilo Balas): Visa promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região de Sorocaba, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio - Prestação de Serviços.

(f) Convênio Inclusão Digital Idoso (TF 54/2022/SMDHC/FMID): Implementar o projeto "Inclusão digital de idosos como fator de fortalecimento de vínculos intergeracionais", que é um conjunto de ações inovadoras e/ou complementares às políticas públicas municipais de promoção, proteção e de defesa de direitos da pessoa idosa a serem desenvolvidas na cidade de São Paulo, tendo como prioritárias aquelas em situação de vulnerabilidade - Eixo Educação, linha de ação Inclusão Digital de Idosos.

(g) Convênio SUS PA 1501/2022: Execução das atividades e serviços referentes ao SUS, por intermédio da pactuação de metas quantitativas e qualitativas, em conformidade com o Plano Operativo (convênio assinado em 2022 em substituição ao convênio SUS PA 7.180/17).

(h) Convênio Hospital Estratégico: Contribuir para o desenvolvimento de uma Rede Hospitalar de referência na Região de Sorocaba, capaz de prestar serviços de saúde de qualidade e resolutivos, de média e de alta complexidade, que atendam às necessidades e demandas da população, em especial aquelas que encaminhadas pelo setor de regulação do acesso e integrar-se à rede de atenção à saúde do Estado, mediante a transferência de recursos financeiros destinados às despesas de Custeio Hospital Estratégico (consumo e prestação de serviços).

(i) Emenda Deputado Calor Cezar: Troca de Pisos do Pavimento Térreo (no qual hoje se encontra instalada a Ala de Cardiologia do Hospital Santa Lucinda - Referência Regional Cardiológica) e do Centro Cirúrgico (onde diariamente são realizado Partos e Cirurgias eletivas/urgências) a fim de trazer maior segurança (mobilidade/risco de infecção) aos pacientes que utilizam dos serviços do Sistema Único de Saúde.

(j) Emenda Cirurgias Eletivas 2ª etapa: Ampliar o número de atendimentos cirúrgicos através da assinatura do termo de Convênio para execução de serviços de saúde na área de Cirurgia Geral, Urologia, Ginecologia e Otorrinolaringologia.

(k) Emenda Cirurgias Eletivas de urologia: Custear 10 cirurgias na especialidade de Urologia (Cirurgias de Ureterolitotripsia Transureteroscopia Lico Laser flexível)

(l) Emenda Vereadora Iara Bernardi: Ampliação da prestação de serviços de saúde na área de Cirurgia Ginecológica.

(m) Emenda Maria Lucia Amary: Aquisição de equipamentos para melhor atender o público alvo através da assinatura do termo de convênio para execução de serviços de saúde da obstetria e da cardiologia do Hospital Santa Lucinda.

5. Contas a receber de alunos e hospital

Descrição	2024	2023
Contas a receber da unidade educacional:		
Contas a receber de graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i>	30.357	24.889
Contas a receber de pós-graduação <i>lato sensu</i> e extensão	3.017	3.171
Cheques devolvidos	41	49
Notas promissórias	—	3
Negociações de débito	15.330	14.111
Subtotal	48.745	42.223
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(32.953)	(27.342)
	15.792	14.881
Contas a receber da unidade hospitalar:		
SUS	23.207	15.729
Convênio	6.991	7.140
Particular	976	854
Subtotal	31.174	23.723
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(4.472)	(5.030)
	26.702	18.693
Total	42.494	33.574

Classificadas como:

Circulante	41.799	32.679
Não circulante	695	895

Dos valores apresentados na tabela acima, a Fundação possui débitos ajuizados, bem como débitos com levantamento judicial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	2024			2023		
	Contas a receber de alunos	Perdas estimadas	Líquido 2024	Contas a receber de alunos	Perdas estimadas	Líquido 2023
Débitos de serviços - Ajuizados (a)						
- Núcleo de cobrança FUNDASP	13.145	(11.583)	1.562	13.816	(12.274)	1.542
	13.145	(11.583)	1.562	13.816	(12.274)	1.542
Débitos de serviços - Levantamento judicial (b)						
- Núcleo de cobrança FUNDASP	1.538	(1.310)	228	745	(515)	230
	1.538	(1.310)	228	745	(515)	230
Total débitos ajuizados e levantamento judicial	14.683	(12.893)	1.790	14.561	(12.789)	1.772

(a) Débitos ajuizados

A FUNDASP entrou com ações na Justiça para cobrança dos débitos que tem obrigação certa, líquida e exigível. O que pode ser feito a partir do vencimento da dívida. O devedor é notificado sobre o processo, em seguida é aberto um prazo para o pagamento da dívida ou a indicação de bens como garantia.

(b) Levantamento judicial

Os valores apresentados em levantamento judicial, são utilizadas quando há depósito e/ou bloqueio judicial aguardando levantamento de valores. Enquanto o valor não é creditado pelo Tribunal de Justiça na conta corrente da FUNDASP, o processo fica nas contas caixas "RJ - Repasse Judicial". As Contas caixas, são códigos de controles vinculados aos títulos que permitem a FUNDASP realizar a identificação e controle dos status de cobrança.

5.1. Composição por vencimento - unidade educacional

A Fundação utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de alunos. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade.

A tabela a seguir demonstra a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de alunos em 31 de dezembro de 2024:

31 de dezembro de 2024	Saldo contábil bruto	Taxa média ponderada de perda estimada	Provisão para perda esperada
A vencer	10.175	33,43%	(3.402)
Vencidos			
De 1 a 30 dias	4.356	30,49%	(1.328)
De 31 a 60 dias	2.333	36,56%	(853)
De 61 a 90 dias	1.566	27,97%	(438)
De 91 a 120 dias	1.157	39,50%	(457)
De 121 a 150 dias	714	52,52%	(375)
De 151 a 180 dias	461	78,31%	(361)
De 181 a 210 dias	806	63,52%	(512)
De 211 a 240 dias	972	71,91%	(699)
De 241 a 270 dias	694	73,92%	(513)
De 271 a 300 dias	531	78,91%	(419)
De 301 a 330 dias	666	83,18%	(554)
De 331 a 360 dias	767	28,94%	(222)
Mais de 360 dias	23.547	96,91%	(22.820)
	48.745	67,60%	(32.953)

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos três anos.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

5.2. Composição por vencimento - unidade hospitalar

A Fundação utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de convênios. Para o contas a receber de SUS, não são calculados provisão para perdas devido ao histórico de recuperação, inclusive dos saldos vencidos a mais de 360 dias.

31 de dezembro de 2024

	Saldo contábil	Taxa média ponderada de perda estimada	Provisão para perda esperada
	bruto		
A vencer	8.555	2,78%	(238)
Vencidos			
De 1 a 30 dias	3.129	0,67%	(21)
De 31 a 60 dias	4.812	0,29%	(14)
De 61 a 90 dias	165	3,64%	(6)
De 91 a 120 dias	76	13,16%	(10)
De 121 a 150 dias	28	10,71%	(3)
De 151 a 180 dias	207	4,83%	(10)
De 181 a 210 dias	68	98,53%	(67)
De 211 a 240 dias	35	97,14%	(34)
De 241 a 270 dias	219	48,40%	(106)
De 271 a 300 dias	36	100,00%	(36)
De 301 a 330 dias	15	100,00%	(15)
De 331 a 360 dias	191	14,14%	(27)
Mais de 360 dias	13.638	28,49%	(3.885)
	31.174	14,35%	(4.472)

A movimentação de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa no exercício de 2024 está demonstrada a seguir:

Descrição	2023	Baixa	Constituição	Reversão	2024
Educacional:					
Contas a receber mensalidades	(15.443)	-	(1.148)	-	(16.591)
Cheques devolvidos	(48)	-	-	7	(41)
Notas promissórias	(3)	-	-	3	-
Negociações de débitos	(8.882)	-	(1.676)	-	(10.558)
FGEDUC	(2.962)	-	(2.801)	-	(5.763)
Cartão de crédito	(4)	-	-	4	-
	(27.342)	-	(5.625)	14	(32.953)

Hospitalar:					
Créditos hospitalares	(5.030)	-	-	558	(4.472)
	(32.372)	-	(5.625)	572	(37.425)

Descrição	2022	Baixa	Constituição	Reversão	2023
Educacional:					
Contas a receber mensalidades	(15.472)	-	-	29	(15.443)
Cheques devolvidos	(53)	-	-	5	(48)
Notas promissórias	(2)	-	(1)	-	(3)
Negociações de débitos	(6.313)	-	(2.569)	-	(8.882)
FGEDUC	-	-	(2.962)	-	(2.962)
Cartão de crédito	(3)	-	(1)	-	(4)
	(21.843)	-	(5.533)	34	(27.342)

Hospitalar:					
Créditos hospitalares	(5.034)	-	-	4	(5.030)
	(26.877)	-	(5.533)	38	(32.372)

6. Bolsas restituíveis

	2024		2023		
Descrição	Contas a para perda receber	Provisão esperada	Líquido	Contas a para perda receber	Provisão esperada
Bolsas restituíveis	4.024	(1.417)	2.607	4.449	(1.592)

Bolsas restituíveis referem-se às bolsas concedidas a alunos ativos que assumiram o compromisso de devolução das mensalidades financiadas com a Fundação no prazo médio de cinco anos, iniciado um ano após sua conclusão de curso. Os pagamentos serão exigidos com base no valor das mensalidades vigentes na época da liquidação das obrigações. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3 m (i), o ajuste para as perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito da carteira de recebíveis da Fundação.

A movimentação de ajuste para créditos de liquidação duvidosa das bolsas restituíveis no exercício de 2024 está demonstrada a seguir:

Descrição	2023	Baixa	Constituição	2024
Bolsas restituíveis	(1.592)	175	-	(1.417)
	(1.592)	-	-	(1.592)

7. Outros ativos

	2024	2023
Convênios e créditos a receber	882	2.821
Títulos a compensar	1.904	1.997
Adiantamentos a outras empresas	313	624
Outros valores a receber	1.320	2.720
Total	4.419	8.162
Circulante	4.228	7.532
Não circulante	191	630

8. Aplicações financeiras em garantia de empréstimos

Referem-se as aplicações financeiras vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos como parte das garantias apresentadas às instituições financeiras.

Instituição financeira	Empréstimo Contrato	Tipo Aplicação	Garantia
			2024 2023
Banco Bradesco S.A.	5933796	FUNDO DI	4.000 4.000
Banco Santander S.A.	300000017440	FUNDO DI	3.678 5.297
Banco Santander S.A.	300000022860	FUNDO DI	5.631 4.500
Banco Safra S.A.	6520573	FUNDO DI	4.467 4.516
Banco do Brasil S.A.	332702950	FUNDO DI	19.411 21.850
Total			37.187 40.163

9. Créditos de certificado de potencial adicional de construção

Em 12 de setembro de 2017, a Fundação obteve Declaração de Potencial Construtivo Passível de transferência, SMDUL/DEUSO 0148/17, conforme publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. A Diretora do DEUSO da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), nos termos do que dispõem os arts. 122 a 133 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, e o artigo 24 da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, com base nas informações disponibilizadas no PA nº 2016-0.128.881-2, declarou que o imóvel situado à Rua Marques de Paranaguá, nº 111, Distrito da Consolação, São Paulo/SP, registrado no 5º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, Matrícula nº 8.647, inscrito no cadastro municipal sob o SQL 010.014.0323-1 e tombado pelo Conpresp através da Resolução nº 12/2015, dispõe de 4.465,92 m² (quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco metros e noventa e dois décimos quadrados) de potencial construtivo passível de transferência, originado sem a doação de terreno.

Cada CEPAC equivale a determinado valor de metro quadrado para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto. Esse valor mobiliário é um título ao portador que pode ser comercializado no chamado "mercado secundário". Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo do direito remanescente está reconhecido no ativo no valor de R\$5.695 e R\$5.695, respectivamente.

10. Investimento

A Fundação São Paulo possui 1.269 cotas da Associação Cultural São Paulo, sendo: 791 subscritos; 17 adquiridos e 461 doados. Estas cotas correspondem a 63,96% do Patrimônio social da Associação. As cotas estão sendo apresentadas pelo custo histórico.

11. Imobilizado

11.1. Composição do saldo

	2024		2023
Descrição	Custo	Depreciação líquido	Custo líquido
Terrenos	154.426	-	154.426
Edificações	123.318	(52.581)	70.737
Máquinas e equipamentos	30.694	(22.401)	8.293
Móveis e utensílios	13.332	(11.386)	1.946
Equipamentos de informática	25.086	(23.135)	1.951
Ferramentas	81	(42)	39
Biblioteca	4.895	(4.615)	280
Instalações	8.994	(7.752)	1.242
Benfeitorias em imóveis próprios	34.797	(10.016)	24.781
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.329	(3.329)	-
Equipamentos hospitalares	3.350	(2.547)	803
Imobilizado em arrendamento	3.942	(3.883)	59
Instrumentos cirúrgicos	464	(197)	267
Veículos em uso	1.227	(328)	899
Enxoval hospitalar	851	(851)	-
Imobilizações em andamento	317	-	317
Total	409.103	(143.063)	266.040



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

11.2. Movimentação dos custos e das depreciações acumuladas

Custo	Transfe-			
	31/12/2023	Adições	Baixas	rências 31/12/2024
Terrenos	154.426	-	-	154.426
Edificações	123.318	-	-	123.318
Máquinas e equipamentos	27.663	3.031	-	30.694
Móveis e utensílios	12.916	416	-	13.332
Equipamentos de informática	24.717	369	-	25.086
Ferramentas	72	9	-	81
Biblioteca	4.870	25	-	4.895
Instalações	8.876	118	-	8.994
Benfeitorias em imóveis próprios	31.312	3.485	-	34.797
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.329	-	-	3.329
Equipamentos hospitalares	3.314	36	-	3.350
Imobilizado em arrendamento	3.942	-	-	3.942
Instrumentos cirúrgicos	464	-	-	464
Veículos em uso	1.191	388	(352)	1.227
Enxoval hospitalar	851	-	-	851
Imobilizações em andamento	322	-	(5)	317
Total	401.583	7.877	(357)	409.103

Depreciação	Transfe-			
	31/12/2023	Adições	Baixas	rências 31/12/2024
Edificações	(49.032)	(3.549)	-	(52.581)
Máquinas e equipamentos	(21.182)	(1.219)	-	(22.401)
Móveis e utensílios	(11.019)	(367)	-	(11.386)
Equipamentos de informática	(22.404)	(731)	-	(23.135)
Ferramentas	(36)	(6)	-	(42)
Biblioteca	(4.519)	(96)	-	(4.615)
Instalações	(7.275)	(477)	-	(7.752)
Benfeitorias em imóveis próprios	(8.715)	(1.301)	-	(10.016)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.329)	-	-	(3.329)
Equipamentos hospitalares	(2.352)	(195)	-	(2.547)
Imobilizado em arrendamento	(3.883)	-	-	(3.883)
Instrumentos cirúrgicos	(128)	(69)	-	(197)
Veículos em uso	(447)	(104)	223	(328)
Enxoval hospitalar	(850)	(1)	-	(851)
Total	(135.171)	(8.115)	223	(143.063)
Total líquido	266.412	(238)	(134)	266.040

Custo	Transfe-			
	31/12/2022	Adições	Baixas	rências 31/12/2023
Terrenos	156.476	-	-	(2.050)
Edificações	123.488	-	(170)	-
Máquinas e equipamentos	25.967	1.705	(9)	-
Móveis e utensílios	12.098	825	(7)	-
Equipamentos de informática	24.358	360	(1)	-
Ferramentas	53	19	-	-
Biblioteca	4.833	37	-	-
Instalações	8.526	350	-	-
Benfeitorias em imóveis próprios	27.983	3.515	(186)	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.329	-	-	-
Equipamentos hospitalares	3.135	179	-	-
Imobilizado em arrendamento	3.942	-	-	-
Instrumentos cirúrgicos	126	338	-	-
Veículos em uso	1.275	183	(267)	-
Enxoval hospitalar	850	1	-	-
Imobilizações em andamento	774	58	(510)	-
Total	397.213	7.570	(1.150)	(2.050)

O valor de R\$2.050 classificado como transferência se refere ao valor do terreno da Rua Monte Alegre, 977 transferido para o grupo de Propriedades para Investimentos, vide Nota Explicativa 13.

Depreciação	Transfe-			
	31/12/2022	Adições	Baixas	rências 31/12/2023
Edificações	(45.579)	(3.550)	97	-
Máquinas e equipamentos	(20.031)	(1.151)	-	-
Móveis e utensílios	(10.658)	(361)	-	-
Equipamentos de informática	(21.232)	(1.172)	-	-
Ferramentas	(31)	(5)	-	-
Biblioteca	(4.399)	(120)	-	-
Instalações	(6.774)	(501)	-	-
Benfeitorias em imóveis próprios	(7.539)	(1.176)	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.320)	(9)	-	-
Equipamentos hospitalares	(2.176)	(176)	-	-
Imobilizado em arrendamento	(3.883)	-	-	-
Instrumentos cirúrgicos	(98)	(30)	-	-
Veículos em uso	(450)	(117)	120	-
Enxoval hospitalar	(850)	-	-	-
Total	(127.020)	(8.368)	217	-
Total líquido	270.193	(798)	(933)	(2.050)

11.3. Garantias

Partes dos terrenos e suas edificações encontram-se vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos como parte das garantias apresentadas às instituições financeiras. Valores em garantia (Imóvel matrícula 11.070 - R\$126.363, imóvel matrícula 168.151- R\$49.760, imóvel matrícula 171.670 - R\$54.290).

12. Intangível

Movimentação dos custos e das amortizações acumuladas

Custo	2023		2024	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direito de uso	2.863	-	2.863	
Softwares	6.217	-	6.217	
Sistemas aplicativos	3.061	-	3.061	
Marcas e patentes	38	-	38	
Marca UNIFAI - Centro Universitário Assunção	20.000	-	20.000	
Goodwill - Incorporação Centro Universitário Assunção	32.550	-	32.550	
Total	64.729	-	64.729	
Amortizações				
Direito de uso	(2.834)	(23)	(2.857)	
Softwares	(6.210)	(6)	(6.216)	
Sistemas aplicativos	(3.061)	-	(3.061)	
Total	(12.105)	(29)	(12.134)	
Intangível líquido	52.624	(29)	52.595	

Custo	2022		2023	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direito de uso	2.863	-	2.863	
Softwares	6.217	-	6.217	
Sistemas aplicativos	3.061	-	3.061	
Marcas e patentes	38	-	38	
Marca UNIFAI - Centro Universitário Assunção	20.000	-	20.000	
Goodwill - Incorporação Centro Universitário Assunção	32.550	-	32.550	
Total	64.729	-	64.729	
Amortizações				
Direito de uso	(2.775)	(59)	(2.834)	
Softwares	(6.185)	(25)	(6.210)	
Sistemas aplicativos	(3.051)	(10)	(3.061)	
Total	(12.011)	(94)	(12.105)	
Intangível líquido	52.718	(94)	52.624	



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

13. Propriedades para investimentos

Saldo de 31 de dezembro de 2022	124.979
Adições (transferência imobilizado) - nota 11.2	2.050
Ganho decorrente da avaliação do valor justo (a) - nota 29	16.026
Saldo de 31 de dezembro de 2023	143.055
Ganho decorrente da avaliação do valor justo (a) - nota 29	6.149
Saldo de 31 de dezembro de 2024	149.204

(a) Refere-se a variações positivas e/ou negativas dos valores justos dos terrenos e do edifício, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	Adições/		Atualização valor justo	2024
	2023	(baixas)		
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 961	11.830	-	498	12.328
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 971	14.284	-	601	14.885
Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 986	12.017	-	464	12.481
Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 990	18.026	-	696	18.722
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 1.083	64.096	-	2.956	67.052
Prédio - Rua Monte Alegre, nº 1.083	11.267	-	440	11.707
Apartamento Imaculada Conceição, 121 - apto. 71	779	-	35	814
Apartamento Av. São João, 1619 - apto. 21	211	-	11	222
Apartamento Rua Dr. Cesário Mota Jr., 185 - apto. 63	397	-	21	418
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 977	10.148	-	427	10.575
	143.055	-	6.149	149.204

Descrição	Adições/		Atualização valor justo	2023
	2022	(baixas)		
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 961	11.146	-	684	11.830
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 971	13.458	-	826	14.284
Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 986	11.311	-	706	12.017
Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 990	16.966	-	1.060	18.026
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 1.083	59.744	-	4.352	64.096
Prédio - Rua Monte Alegre, nº 1.083	11.007	-	260	11.267
Apartamento Imaculada Conceição, 121 - apto. 71	754	-	25	779
Apartamento Av. São João, 1619 - apto. 21	206	-	5	211
Apartamento Rua Dr. Cesário Mota Jr., 185 - apto. 63	387	-	10	397
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 977	-	2.050	8.098	10.148
	124.979	2.050	16.026	143.055

Valor justo das propriedades para investimento

A Fundação adota o método de valor justo para melhor refletir o seu negócio e por entender que é a melhor informação para análise de mercado.

O valor justo dos terrenos e da edificação mencionados acima está suportado por laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.

A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual.

14. Direito de uso

A Fundação apresenta os seguintes ativos de direito de uso e passivos de arrendamento:

a) Movimentação do ativo com direito de uso de bens

Total de direito de uso de bens em 31/12/2022 (arrendamento imóveis)	9.533
Adição (equipamentos de informática)	6.688
Remensuração	130
Baixa arrendamento imóveis	(1.339)
Depreciação imóveis (baixa arrendamento)	(1.151)
Depreciação imóveis	(1.525)
Depreciação equipamentos informática	(1.226)

Total de direito de uso de bens em 31/12/2023 (imóveis e equipamentos de informática)

Adição (imóveis)	9.300
Remensuração	500
Baixa arrendamento imóveis	(4.581)
Depreciação imóveis (baixa arrendamento)	2.955
Depreciação imóveis	(1.862)
Depreciação equipamentos informática	(1.338)

Total de direito de uso de bens em 31/12/2024 (imóveis e equipamentos de informática)

	16.084
--	--------

b) Movimentação do passivo de arrendamento

Total do passivo de arrendamento em 31/12/2022 (arrendamento imóveis)	12.297
Adição (equipamentos de informática)	6.688
Remensuração	130
Contraprestação - curto prazo	(2.649)
Juros pagos sobre arrendamento imóveis	(1.294)
Juros pagos sobre arrendamento equipamentos de informática	(711)

Total do passivo de arrendamento em 31/12/2023 (imóveis e equipamentos de informática)

Adição (imóveis)	14.461
Remensuração	9.300
Contraprestação - curto prazo	500
Juros pagos sobre arrendamento imóveis	(4.581)
Juros pagos sobre arrendamento equipamentos de informática	(633)
Total do passivo de arrendamento em 31/12/2024 (imóveis e equipamentos de informática)	(647)

Circulante

Não circulante	18.400
Pagamento estimado em 2025	3.254
Pagamento estimado em 2026	15.146
Pagamento estimado em 2027	3.254
Pagamento estimado em 2028	3.254
Pagamento estimado em 2029	3.254
Pagamento estimado em 2030	2.130
	18.400

15. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Natureza	Taxa de juros	2024	2023
Banco do Brasil S.A.	Capital de giro	3,53% a.a. + 100% CDI	115.431	112.783
Banco Bradesco S.A.	Capital de giro	3,04 a 3,7% a.a. + 100% CDI	24.512	44.377
Banco Santander S.A.	Capital de giro	3,66% a.a. + 100% CDI	29.971	32.646
Banco Safra S.A.	Capital de giro	3,04% a.a. + 100% CDI	12.050	15.067
Total			181.964	204.873
Passivo circulante			52.835	58.766
Passivo não circulante			129.129	146.107

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Instituição	Modalidade	2023	Amortização de		2024
			Captações	principal e juros	
Bradesco	Capital de giro	44.377	-	(24.592)	4.727
Santander	Capital de giro	32.646	4.994	(11.914)	24.512
Safr	Capital de giro	15.068	-	(4.970)	4.245
Banco do Brasil	Capital de giro	112.782	115.363	(128.154)	1.952
Total geral		204.873	120.357	(169.630)	12.050

Instituição	Modalidade	2022	Amortização de		2023
			Captações	principal e juros	
Bradesco	Capital de giro	58.184	-	(21.882)	8.075
Santander	Capital de giro	23.572	15.000	(9.348)	44.377
Safr	Capital de giro	-	15.000	-	3.422
Banco do Brasil	Capital de giro	110.087	115.000	(130.130)	68
Total geral		191.843	145.000	(161.360)	17.825

15.1. Composição das parcelas de longo prazo

Instituição financeira	2026	2027	2028	2029	Total
Banco Bradesco S.A.	4.647	-	-	-	4.647
Banco Santander S.A.	9.983	4.473	4.473	930	19.859
Banco Safra S.A.	6.025	-	-	-	6.025
Banco do Brasil S.A.	28.858	28.858	28.858	12.024	98.598
Total	49.513	33.331	33.331	12.954	129.129

15.2. Garantias

As principais garantias oferecidas para pagamento dos empréstimos citados anteriormente estão descritas nas Notas Explicativas:

(a) Nota Explicativa nº 8: Aplicações financeiras em garantia de empréstimos;

(b) Nota Explicativa nº 11.3: Garantias (Imobilizado).

15.3. Indicadores financeiros a ser atendidos

Em decorrência da captação dos empréstimos anteriormente mencionados, a Fundação precisa manter índices financeiros relacionados ao EBITDA (sigla em inglês para Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), ajustado conforme condições específicas descritas nos respectivos documentos firmados com as instituições financeiras, conforme a seguir descrito:

• Relação entre dívida financeira líquida e EBITDA AJUSTADO seja menor ou igual a 3,0, a partir do exercício de 2021.

Em 31 de dezembro de 2024, a Fundação manteve o atendimento aos indicadores anteriormente referidos.

16. Salários, férias e encargos sociais a pagar

	2024	2023
Salários a pagar	17.191	17.042
Férias a pagar e encargos a recolher	17.486	16.881
IRRF sobre folha de pagamento	13.437	13.257
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	3.156	3.134
INSS a recolher	1.634	1.591
Outras obrigações com pessoal	1.447	759
Total	54.351	52.664



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

17. Tributos parcelados

	2024	2023
REFIS federal (b)	101.752	103.163
FGTS parcelado (a)	10.601	13.846
PPI Municipal (c)	821	1.548
Contribuições Sociais - Lei Complementar nº 110/2001 (d)	-	402
Outros (e)	296	329
Total	113.470	119.288
Circulante	8.557	8.442
Não circulante	104.913	110.846

a) FGTS parcelado

Em 30 de março de 2000, a Fundação formalizou com a Caixa Econômica Federal um Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento para os débitos de FGTS (atinentes ao depósito mensal de 8% da remuneração paga no mês anterior a cada trabalhador), englobando débitos de agosto de 1986 a fevereiro de 2000, em 180 parcelas. Esse débito fora objeto de reparcimento, pela assinatura de novo Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, em 9 de novembro de 2007, englobando débitos de outubro de 1988 a fevereiro de 2000, em 240 parcelas. Em 31 de dezembro de 2024, restavam 35 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2024	2023
Pagamento estimado em 2024	-	3.535
Pagamento estimado em 2025	3.635	3.535
Pagamento estimado em 2026	3.635	3.535
Pagamento estimado em 2027	3.331	3.241
Total	10.601	13.846

A Fundação encontra-se adimplente com o parcelamento assumido com a Caixa Econômica Federal.

b) REFIS

O Programa de Recuperação Fiscal (REFIS - I) destinou-se a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a impostos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e pelo INSS, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles decorrentes da falta de recolhimento de valores retidos. A Fundação possui débitos incluídos nesse programa, cuja Lei Instituidora nº 9.964/2000 foi publicada em 11 de abril de 2000, e a adesão da FUNDASP foi efetivada em 29 de abril de 2000.

Conforme previsto na legislação do REFIS-I, a Fundação recolheu mensalmente o valor mínimo correspondente a 0,3% (três décimos por cento) de seu faturamento bruto do mês imediatamente anterior a título de pagamento do parcelamento especial. O saldo devedor é atualizado mensalmente por meio da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Entre janeiro e junho de 2015, o recolhimento passou a ser feito no montante de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) desse faturamento.

Conforme proposta da Receita Federal do Brasil, a partir de julho de 2015, iniciou-se uma nova sistemática de cálculo das parcelas, apuradas da seguinte forma: saldo devedor no mês dividido pela quantidade de meses restantes para se completarem 50 anos, respeitada a parcela mínima de R\$266. Nessa mesma ocasião (agosto/2015), foi recolhida a diferença apurada entre junho de 2014 e junho de 2015, no montante de R\$1.036.

A partir de agosto de 2016, por força do atual cenário econômico brasileiro, com constantes elevações da Taxa de Juros de Longo Prazo (adotada nesse parcelamento) aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, ficou definido que, quando o cálculo acima resultar em parcela com valor menor do que a TJLP do respectivo mês, a Fundação realizará o pagamento de valor equivalente a R\$3,00 (três reais) acima dos juros lançados na Conta REFIS, para que se configure a efetiva amortização do saldo devedor principal da dívida.

A perspectiva de desembolso financeiro para os próximos exercícios, tomando como base a média de pagamento dos últimos dois exercícios, encontra-se demonstrada a seguir:

	2024	2023
Pagamento estimado em 2024	-	3.943
Pagamento estimado em 2025	4.043	3.943
Pagamento estimado em 2026	4.043	3.943
Pagamento estimado em 2027	4.043	3.943
Pagamento estimado em 2028	4.043	3.943
Pagamento estimado em 2029	4.043	3.943
Pagamento estimado após 2029	81.537	79.505
Total	101.752	103.163

Todas as exigências previstas na legislação do REFIS-I para manutenção desse parcelamento especial estão sendo cumpridas pela Fundação.

c) PPI Municipal

A Fundação aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) da Prefeitura do Município de São Paulo em dezembro de 2015, para pagamento de IPTU relativo aos exercícios de 1991, 1994, 1995 e 1998, Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 e Multa de Postura Municipal referente ao exercício de 2014, em que o saldo foi dividido em 120 parcelas corrigidas mensalmente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). Em 31 de dezembro de 2024, restavam 11 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

Pagamento estimado em 2024

Pagamento estimado em 2025

Total

d) Contribuições Sociais - Lei Complementar nº 110/2001

A Fundação formalizou também com a Caixa Econômica Federal, em 14 de novembro de 2007, outro Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento das Contribuições Sociais da Lei Complementar nº 110/2001 (10% sobre o montante dos depósitos na dispensa sem justa causa e 0,5% sobre a remuneração devida a cada trabalhador), englobando débitos de janeiro de 2002 a abril de 2005, em 240 parcelas. O parcelamento foi quitado em fevereiro de 2024.

Pagamento estimado em 2024

Pagamento estimado em 2025

Pagamento estimado em 2026

Pagamento estimado em 2027

Total

e) Outros

PERT/RFB - Demais débitos: Em novembro de 2017 a Fundação São Paulo aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) na modalidade "demais débitos" administrados pela Receita Federal. O parcelamento foi formalizado em 150 parcelas, englobando débitos de imposto de renda retido na fonte incidentes sobre o pagamento a beneficiários não identificados (código de receita 5217), rendimentos do trabalho sem vínculo empregatício (código de receita 0588) e sobre rendimentos do trabalho assalariado (código de receita 0561), os quais foram declarados em DCTF no segundo, terceiro e quarto trimestre de 1998, bem como débitos oriundos de processos administrativos de declarações de compensação não homologadas, decorrentes de pagamento a maior de imposto de renda retido na fonte sobre rendimento do trabalho assalariado (código de receita 0561) nos exercícios de 2008 e 2009.

Em 31 de dezembro de 2024, restavam 61 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2024	2023
Pagamento estimado em 2024	-	54
Pagamento estimado em 2025	58	54
Pagamento estimado em 2026	58	54
Pagamento estimado em 2027	58	54
Pagamento estimado em 2028	58	54
Pagamento estimado em 2029	58	54
Pagamento estimado após 2029	6	5
Total	296	329

18. Mensalidades antecipadas

	2024	2023
Mensalidades antecipadas	19.910	15.866
Outras receitas antecipadas	3.190	2.695
Total	23.100	18.561

Nesta rubrica, são registrados os valores dos planos de pagamento do curso em prazo inferior à sua duração, somados às antecipações de matrículas para cursos que se iniciam no ano seguinte daqueles alunos que escolheram pagar o curso em tempo inferior ao de sua duração.

19. Processos judiciais a pagar

	2024	2023
Acordo judicial - diferenças salariais (*)	1.160	5.990
Outros acordos judiciais	4.184	593
Total	5.344	6.583

Classificado como:

Circulante	5.266	5.008
Não circulante	78	1.575

(*) Esses valores se referem ao acordo celebrado pela Fundação com o SINPRO-SP, em abril de 2015. A Fundação celebrou esse acordo judicial na Reclamação Trabalhista nº 00009253420105020076 cujo objeto eram diferenças salariais, devidas pela não aplicação de dissídio coletivo relativo ao ano de 2005. Em 31 de dezembro de 2024, restavam 3 parcelas a serem pagas pela Fundação.

19.1. Movimentação

	2023	Adições	Pagamentos	2024
Acordo judicial	5.990	133	(4.963)	1.160
Outros acordos judiciais	593	6.893	(3.302)	4.184
Total	6.583	7.026	(8.265)	5.344

	2022	Adições	Pagamentos	2023
Acordo judicial	9.735	-	(3.745)	5.990
Outros acordos judiciais	192	6.364	(5.963)	593
Total	9.927	6.364	(9.708)	6.583



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

20. Outras contas a pagar

	2024	2023
Aluguéis antecipados (a)	3.106	5.511
Recursos de projetos em execução (b)	2.502	2.545
Mensalidades a restituir	166	–
Valores a repassar	641	648
Contratos de permuta	73	80
Outros valores a pagar	1.995	1.141
Total	8.483	9.925
Classificado como:		
Circulante	5.377	4.414
Não circulante	3.106	5.511
(a) Recursos recebidos de forma antecipadas, referente locação de espaço físico locados aos Bancos Bradesco e Santander, período de 2023 a 2026.		
(b) Esses valores são provenientes da entrada de recursos financeiros e que possuem obrigação condicionada, por isso precisam obrigatoriamente ser confrontados com as despesas.		

21. Provisões para riscos judiciais

A Fundação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e instâncias administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras.

A Administração, com base em informações transmitidas pelos escritórios terceirizados que prestam serviços advocatícios e patrocinam as ações em que a Fundação é parte, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência advinda de casos semelhantes, constitui provisão para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	2024	2023
Provisão	863	(1)
Depósito judicial	9.677	(1.879)
Líquido	862	862
Líquido	10.540	(1.880)

21.1. Movimentação

	2023	Adições	Reversões	Baixa	2024
Cíveis	1.127	151	(415)	–	863
Trabalhistas	10.131	3.216	(3.670)	–	9.677
Sub Total	11.258	3.367	(4.085)	–	10.540
Depósitos judiciais	(1.362)	(869)	351	–	(1.880)
Total	9.896	2.498	(3.734)	–	8.660

	2022	Adições	Reversões	Baixa	2023
Cíveis	1.404	317	(594)	–	1.127
Trabalhistas	13.447	1.745	(5.061)	–	10.131
Sub Total	14.851	2.062	(5.655)	–	11.258
Depósitos judiciais	(1.773)	(161)	572	–	(1.362)
Total	13.078	1.901	(5.083)	–	9.896

Em 31 de dezembro de 2024, a Fundação era parte em 180 processos judiciais em andamento, na condição de ré, com prognósticos de risco e valores mensuráveis, sendo: 125 ações cíveis, 52 ações trabalhistas e 3 de natureza tributária/fiscal.

21.2. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, a provisão para ações trabalhistas classificadas como de risco de perda provável era de R\$9.677 (R\$10.131 em 2023). Para os referidos processos, a Fundação possui depósitos judiciais constituídos no montante de R\$1.879 (R\$1.275 em 2023).

As reclamações trabalhistas versam, principalmente, sobre casos de pagamento de diferenças salariais, reintegrações, horas extras, indenizações, reposição de dissídios e outros, os quais a Administração julga como normais nas suas atividades. Da composição de 52 processos trabalhistas (120 em 2023) mencionados anteriormente, 28 (31 em 2023) deles foram considerados como de risco de perda provável e 22 como possível (30 em 2023), conforme demonstrados a seguir:

	2024	2023
Risco de perda		
Provável	28 9.677	31 10.131
Possível	22 5.234	30 5.796
Total	50 14.911	61 15.927

21.3. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, a provisão para ações cíveis classificadas como de risco de perda provável era de R\$863 (R\$1.128 em 2023). Para os referidos processos, a Fundação possui depósitos judiciais constituídos no montante de R\$1 (R\$86 em 2023).

As ações de natureza cível, em sua maioria, têm por objeto: realização de matrículas; declaração de inexistência de débitos de mensalidades; indenizações por cobranças indevidas ou inclusão nos órgãos de proteção ao crédito; entre outros. Adicionalmente, as ações em que o HSL, mantido pela FUNDASP, é parte versam, principalmente, sobre indenizações por alegados erros médicos.

Da composição de 125 ações cíveis mencionadas anteriormente, 28 delas foram consideradas como de risco de perda provável (23 em 2023) e 96 como possível (117 em 2023), conforme demonstradas a seguir:

	2024	2023
Risco de perda		
Provável	28 863	23 1.128
Possível	96 10.134	117 11.881
Total	124 10.997	140 13.009

22. Patrimônio líquido

Em uma eventual extinção da Fundação, o seu patrimônio remanescente será destinado à outra fundação que tenha a mesma finalidade ou semelhante ao dessa Fundação; no caso de recusa, tal destinação será feita à fundação registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ou, ainda, à fundação qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, sempre de acordo com a decisão tomada pelo voto da maioria simples dos membros do Conselho Superior (Estatuto Social, artigo 39, § 2º).

a) Patrimônio social

O patrimônio social é composto pelos valores de formação da Fundação, valores de doações e subvenções, com o objetivo de destiná-los às atividades objeto da Fundação, complementados pelos superávits e déficits acumulados.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui a reserva de reavaliação realizada em anos anteriores, o ajuste por adoção do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição e a disponibilização de alguns terrenos e edifício para fins de renda e valorização, que foram avaliados e estão demonstrados a valor justo.

Os valores registrados nesta rubrica são reclassificados para patrimônio social, proporcionalmente à depreciação dos ativos a que elas se referem.

23. Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, que possibilita deliberações com base nessas estruturas, representados por: segmento de Educação e segmentos hospitalar.

Os ativos e passivos por segmento não estão apresentados, em linha com o CPC 22, em virtude destas informações não serem apresentadas de forma regular ao principal tomador de decisões operacionais.

	2024			2023		
	Educação	Hospitalar	Consolidado	Educação	Hospitalar	Consolidado
Receita operacional bruta						
Receita com mensalidade	670.259	–	670.259	620.283	–	620.283
Receita com assistência médico-hospitalar	–	16.231	16.231	–	17.448	17.448
Receita com subvenções e doações	2.405	76.286	78.691	2.330	44.489	46.819
Outras receitas	24.591	–	24.591	25.031	1.919	26.950
	697.255	92.517	789.772	647.644	63.856	711.500
Deduções						
Bolsa de estudo filantrópica	(97.503)	–	(97.503)	(76.756)	–	(76.756)
Bolsa de estudo sociais	(74.586)	–	(74.586)	(67.905)	–	(67.905)
Abatimentos concedidos sobre mensalidades	(8)	–	(8)	(445)	–	(445)
	(172.097)	–	(172.097)	(145.106)	–	(145.106)
Receita operacional líquida	525.158	92.517	617.675	502.538	63.856	566.394
Custos com serviços prestados						
Custos diretos e indiretos com atividades de ensino	(261.490)	–	(261.490)	(259.744)	(160)	(259.904)
Custos diretos e indiretos com atividades hospitalares	–	(51.034)	(51.034)	(18)	(43.939)	(43.957)
Outros custos	–	–	–	(592)	–	(592)
	(261.490)	(51.034)	(312.524)	(260.354)	(44.099)	(304.453)
Superávit bruto	263.668	41.483	305.151	242.184	19.757	261.941
Receitas(despesas) operacionais						
Salários, férias e encargos sociais	(117.192)	(38.542)	(155.734)	(114.564)	(36.395)	(150.959)
Gerais e administrativas	(36.704)	(5.610)	(42.314)	(27.945)	(4.849)	(32.794)
Despesas com serviços de terceiros	(33.049)	(5.687)	(38.736)	(29.334)	(4.939)	(34.273)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa e glosas	(4.081)	(797)	(4.878)	(5.499)	–	(5.499)
Provisão para processos e contingências judiciais	462	–	462	(4.093)	–	(4.093)
Depreciações e amortizações	(11.081)	(263)	(11.344)	(12.158)	(206)	(12.364)
Pesquisas e desenvolvimento científico	(552)	–	(552)	(876)	(2)	(878)
Outras (despesas) receitas, líquidas	3.402	(143)	3.259	15.420	(391)	15.029
	(198.795)	(51.042)	(249.837)	(179.049)	(46.782)	(225.831)
Superávit/déficit operacional antes do resultado financeiro	64.873	(9.559)	55.314	63.135	(27.025)	36.110
Resultado Financeiro						
Receitas financeiras	24.995	1.685	26.680	28.247	1.762	30.009
Despesas financeiras	(49.407)	(350)	(49.757)	(52.195)	(175)	(52.370)
	(24.412)	1.335	(23.077)	(23.948)	1.587	(22.361)
Resultado do exercício	40.461	(8.224)	32.237	39.187	(25.438)	13.749



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

24. Receita operacional líquida

A Fundação gera receita principalmente pelas atividades educacionais desenvolvidas, entre outras, nos cursos de graduação, pós-graduação e de educação executiva. Outras receitas incluem cursos customizados, inscrição no vestibular, emissão de carteirinha, diplomas e certificados. Além de receitas dos serviços médico-hospitalares.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	2024	2023
Receita da unidade educacional		
Mensalidades, taxas e inscrições - Graduação	509.796	466.596
Mensalidades, taxas e inscrições - Pós-graduação <i>stricto sensu</i>	135.123	127.590
Mensalidades, taxas e inscrições - Pós-graduação <i>lato sensu</i>	18.401	18.725
Mensalidades, taxas e inscrições - Extensão	5.044	5.894
Mensalidades, taxas e inscrições - Deric	1.895	1.497
Subsídio público	2.405	2.013
Outras receitas	24.591	25.350
	<u>697.255</u>	<u>647.665</u>
Deduções da receita educacional		
Bolsas de estudo filantrópicas	(97.503)	(76.756)
Bolsas de estudo assistenciais	(74.586)	(67.923)
Abatimentos e descontos concedidos sobre mensalidades	(8)	(446)
	<u>(172.097)</u>	<u>(145.125)</u>
Receita operacional líquida - Unidade educacional	<u>525.158</u>	<u>502.540</u>
Assistência médico-hospitalar		
SUS	76.286	41.158
Convênios	11.117	11.083
Particular - PF	5.114	4.400
Subsídio público	-	5.294
Outros	-	1.919
Receita operacional líquida - Unidade hospitalar	<u>92.517</u>	<u>63.854</u>
Receita operacional líquida - Total	<u>617.675</u>	<u>566.394</u>

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC47/IFRS 15
	O cliente obtém o controle das receitas com mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares, no momento da prestação de serviço.	
Prestação de serviços educacionais	Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.	Vide Nota Explicativa nº 3.c (a)
	O cliente obtém o controle das receitas com a prestação de serviço e atendimento de pacientes de convênios, SUS, particulares e outras prestações de serviços voltados para a assistência dessas atividades.	
	Os contratos com convênios e operadoras de planos de saúde permitem ao cliente a recusa parcial ou total da fatura (glosa), por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. Essas perdas são mensuradas pela Fundação com base em históricos recentes e descontadas da receita de prestação de serviços.	
Prestação de serviços médico-hospitalar	Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.	Vide Nota Explicativa nº 3.c (c)

25. Custos diretos educacionais e hospitalares

	2024	2023
Unidade educacional:		
Custos educacionais - Graduação e pós-graduação	(255.127)	(253.733)
Custos com cursos extracurriculares	(5.857)	(6.172)
Outros custos	(506)	(591)
	<u>(261.490)</u>	<u>(260.496)</u>
Unidade hospitalar:		
Custos - Materiais hospitalares	(20.392)	(18.837)
Custos com serviços hospitalares	(30.642)	(25.120)
	<u>(51.034)</u>	<u>(43.957)</u>
Total	<u>(312.524)</u>	<u>(304.453)</u>

26. Despesas com pessoal

	2024	2023
Salários e ordenados	(103.516)	(99.391)
Férias e 13º salário	(20.429)	(20.308)
FGTS	(9.593)	(9.306)
Assistência médica	(9.772)	(8.949)
Aviso prévio e indenizações	(4.470)	(5.462)
Outras despesas com pessoal	(7.954)	(7.543)
Total	<u>(155.734)</u>	<u>(150.959)</u>

27. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Água, gás, energia elétrica e telecomunicações	(8.664)	(8.576)
Liquidação de processos	(6.511)	(7.686)
Materiais (a)	(8.539)	(6.979)
Aluguéis (b)	(3.260)	(3.227)
Expediente e gerais	(6.275)	(5.502)
Impostos e taxas	(1.476)	(1.442)
Outras despesas	(7.589)	(7.068)
Total	<u>(42.314)</u>	<u>(40.480)</u>

(a) Referem-se a gastos com materiais de consumo diário da Fundação, tais como materiais de escritório, higiene e limpeza, copa e cozinha, didáticos, entre outros.

(b) Referem-se a gastos com aluguéis que estão fora do escopo do IFRS 16 - arrendamentos: despesas com aluguéis de imóveis.

28. Despesas com serviços de terceiros

	2024	2023
Segurança e limpeza	(17.182)	(16.121)
Serviços de assessoria e consultoria jurídica e administrativa	(3.778)	(3.498)
Publicidade e propaganda	(4.800)	(3.855)
Manutenção e reparos	(7.457)	(6.927)
Serviços administrativos	(488)	(556)
Autônomos contratados e estagiários	(602)	(630)
Outras despesas com serviços	(4.429)	(2.686)
Total	<u>(38.736)</u>	<u>(34.273)</u>

29. Outras receitas e outras despesas, líquidas

	2024	2023
Outras receitas:		
Propriedade para investimento - Atualização de valor de mercado (nota 13)	6.149	16.026
Valoração de trabalhos voluntários	23	23
Outras receitas operacionais	459	120
	<u>6.631</u>	<u>16.169</u>
Outras despesas:		
Inexistibilidade	(237)	(529)
Anistia de débito	(21)	(47)
Remensuração arrendamento	500	129
Alocação de trabalhos voluntários	(23)	(23)
Outras despesas operacionais	(3.591)	(670)
	<u>(3.372)</u>	<u>(1.140)</u>
	<u>3.259</u>	<u>15.029</u>

30. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras:		
Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas	12.716	14.822
Receitas com aplicações financeiras	11.689	13.880
Receitas financeiras de ensino e hospitalares	1.000	1.058
Outras receitas financeiras	1.275	249
	<u>26.680</u>	<u>30.009</u>
Despesas financeiras:		
Despesas com cobranças bancárias	(522)	(602)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(26.376)	(29.390)
Encargos sobre tributos e parcelamentos	(2.692)	(3.196)
Descontos concedidos sobre financiamentos de mensalidades	(17.424)	(15.836)
Despesa com arrendamento mercantil	(1.279)	(2.005)
Outras despesas bancárias	(1.464)	(1.341)
	<u>(49.757)</u>	<u>(52.370)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(23.077)</u>	<u>(22.361)</u>



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

31. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Fundação possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de taxa de juros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, suas políticas e seus processos de mensuração, e o gerenciamento de riscos e de capital da Fundação.

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) *Risco de crédito*

É o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação, representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de alunos e hospital e bolsas restituíveis.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito nas datas de encerramento dos exercícios é:

	Nota		
	Explicativa nº	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	63.052	66.856
Aplicações financeiras vinculadas	4	9.124	7.565
Contas a receber de alunos e hospital-circulante	5	41.799	32.679
Contas a receber de alunos e hospital-não circulante	5	695	895
Bolsas restituíveis/FIES - Circulante	6	2.607	2.857
Aplicações financeiras em garantia de empréstimos	8	37.187	40.163
Total		154.464	151.015

• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - A política de gestão de risco corporativo determina que a Fundação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Fundação. A Fundação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazos, que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

• Contas a receber de alunos, hospital e bolsas restituíveis - O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pela renovação das matrículas semestralmente, momento em que os débitos são quitados e/ou renegociados. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios, sendo a carteira pulverizada e formada principalmente por pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2024, a Fundação possuía provisão de R\$32.953 sobre as contas a receber de alunos (67,60% do total), R\$4.472 sobre os créditos hospitalares (14,35% do total) e R\$1.417 sobre as bolsas restituíveis (35,21%) para fazer face ao risco de crédito.

b) *Risco de liquidez*

É o risco em que a Fundação encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

			2024				
			Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos			181.964	20.219	32.616	49.513	79.616
Empréstimos e financiamentos			204.873	27.037	31.729	63.458	82.649
Fornecedores			15.915	15.915	-	-	-
Total			197.879	36.134	32.616	49.513	79.616
			2023				
			Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos			204.873	27.037	31.729	63.458	82.649
Empréstimos e financiamentos			204.873	27.037	31.729	63.458	82.649
Fornecedores			14.347	14.347	-	-	-
Total			219.220	41.384	31.729	63.458	82.649

c) *Risco de taxa de juros*

Nas datas de encerramento dos exercícios, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Fundação era:

Instrumentos de taxa variável	2024	2023
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixas - (ne. 4)	63.052	62.325
Aplicações financeiras vinculadas - (ne. 4)	9.124	7.565
Aplicações financeiras em garantia - (ne.8)	37.187	40.163
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos - (ne. 15)	(181.964)	(204.873)
Total	(72.601)	(94.820)

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI

A Fundação mantém parcela substancial das suas disponibilidades em determinadas operações indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2024, a Fundação apresentava uma dívida líquida de R\$81.725 (R\$97.854 em 31 de dezembro de 2023).

A expectativa de mercado, conforme dados retirados do Banco Central do Brasil (Bacen), com data-base de 31 de dezembro de 2024, indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 10,84%, cenário provável para o ano de 2025, mediante a taxa efetiva de 14,73% verificada no ano de 2024.

	Cenário I - Cenário provável	Cenário II - Deterioração de 25% de 50%	Cenário II - Deterioração de 50% de 100%
Taxa efetiva anual do CDI de 2024	10,84%	10,84%	10,84%
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2024	81.725	81.725	81.725
Taxa anual estimada do CDI	14,73%	18,41%	22,10%
Efeito no instrumento financeiro: Diminuição/(aumento)	3.179	6.189	9.198

d) *Estimativa do valor justo*

A Fundação divulga seus ativos e passivos ao valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo e estrutura de mensuração do valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e práticas e requerem determinadas divulgações sobre o valor justo.

e) *Estimativa do valor justo*

e. 1) Valor justo versus valor contábil

Devido à natureza dos saldos, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de instrumentos financeiros da Fundação esteja próximo aos seus valores contábeis.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil			Total
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	
Em 31 de dezembro de 2024				
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa -				
Caixa e bancos	63.052	-	-	63.052
Caixa e equivalentes de caixa -				
Aplicações financeiras	9.124	-	-	9.124
Aplicações financeiras				
(garantia de empréstimos)	37.187	-	-	37.187
Contas a receber de alunos e hospital	-	42.494	-	42.494
Bolsas restituíveis/FIES	-	2.607	-	2.607
Certificado de potencial construtivo a receber	-	5.695	-	5.695
Outros ativos	-	4.420	-	4.420
	<u>109.363</u>	<u>55.216</u>	<u>-</u>	<u>164.579</u>
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
Empréstimos e financiamentos	-	181.964	-	181.964
Fornecedores	-	15.915	-	15.915
Tributos parcelados	-	113.470	-	113.470
	-	311.349	-	311.349



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2023

Ativos financeiros não mensurados ao valor justo

	Valor justo por meio do resultado	Valor contábil Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	66.856	-	-	66.856
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	7.565	-	-	7.565
Aplicações financeiras (garantia de empréstimos)	40.163	-	-	40.163
Contas a receber de alunos e hospital	-	33.574	-	33.574
Bolsas restituíveis/FIES	-	2.857	-	2.857
Certificado de potencial construtivo a receber	-	5.695	-	5.695
Outros ativos	-	8.162	-	8.162
	114.584	50.288	-	164.872

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Empréstimos e financiamentos	-	204.873	-	204.873
Fornecedores	-	14.347	-	14.347
Tributos parcelados	-	119.288	-	119.288
	-	338.508	-	338.508

e.2) Hierarquia do valor justo

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores esteja próximo aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Fundação utiliza vários métodos, incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo.

Com base nessas abordagens, a Fundação presume o valor que participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo hipóteses acerca de riscos ou riscos inerentes às entradas (inputs) usadas nas técnicas de avaliação. Essas entradas podem ser facilmente observáveis, confirmadas pelo mercado, ou não observáveis. A Fundação utiliza técnicas que maximizam o uso de entradas observáveis e minimiza o uso das não observáveis, e essas entradas para mensurar o valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia. Os ativos e passivos financeiros registrados ao valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração.
- Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo.
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem, ou cujos preços ou cujas técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível, a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Os instrumentos financeiros da Fundação são todos classificados no nível 2.

32. Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que cubram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por valores de risco declarados de R\$430.550 para cobertura dos edifícios, R\$194.725 para conteúdo (máquinas, equipamentos, móveis, utensílios e instalações, entre outros) e R\$136.400 relativos aos limites máximos de garantia para cobertura básica de incêndio, raio e explosão.

33. Gratuidade por meio de bolsas de estudo e projetos

Uma das principais exigências para manutenção do CEBAS, principal requisito para fruição da imunidade às contribuições para a seguridade social pela Fundação, é o cumprimento do percentual de gratuidade previsto na Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

A legislação prevê a concessão de uma bolsa integral para cada cinco alunos pagantes, sendo que o aluno beneficiado deverá ser selecionado pelo perfil socioeconômico. A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário-mínimo e a bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários-mínimos.

No ano de 2024, a Fundação aplicou em gratuidade percentuais superiores a 20% (um bolsista para cinco pagantes), visando cumprir a gratuidade exigida pela Lei Complementar nº 187/2021, conforme evidenciado no quadro 1.

Quadro 1 - Relação de alunos pagantes versus alunos bolsistas "filantrópicos", de acordo com os critérios definidos na Lei Complementar nº 187/2021

Ano-base de 2024	junho/24	dezembro/24
Número de alunos matriculados	10.935	10.362
Número de alunos pagantes	8.259	7.891
Número de alunos bolsistas graduação- PROUNI 50%	1	1
Número de alunos bolsistas graduação- PROUNI 100%	1.624	1.494
Número de alunos bolsistas graduação- FUNDASP 50%	77	87
Número de alunos bolsistas graduação- FUNDASP 100%	370	453
Número de alunos bolsistas pós-graduação- FUNDASP 50%	7	4
Número de alunos bolsistas pós-graduação- FUNDASP 100%	59	61
Número de alunos bolsistas DERDIC 100%	30	30
Total de alunos bolsistas	2.168	2.130
Bolsas integrais "100%" concedidas	2.083	2.038
Bolsas concedidas 50% "equivalente a 100%"	43	46
Total de alunos bolsistas "filantrópicos"	2.126	2.084
Relação com alunos pagantes	25,74%	26,41%

Ano-base de 2023	junho/23	dezembro/23
Número de alunos matriculados	10.946	10.538
Número de alunos pagantes	8.354	8.111
Número de alunos bolsistas graduação- PROUNI 50%	6	6
Número de alunos bolsistas graduação- PROUNI 100%	1.336	1.347
Número de alunos bolsistas graduação- FUNDASP 50%	120	98
Número de alunos bolsistas graduação- FUNDASP 100%	384	371
Número de alunos bolsistas pós-graduação- FUNDASP 50%	21	19
Número de alunos bolsistas pós-graduação- FUNDASP 100%	77	61
Número de alunos bolsistas DERDIC 100%	31	31
Total de alunos bolsistas	1.975	1.933
Bolsas integrais "100%" concedidas	1.828	1.810
Bolsas concedidas 50% "equivalente a 100%"	74	62
Total de alunos bolsistas "filantrópicos"	1.902	1.872
Relação com alunos pagantes	22,77%	23,08%

Em dezembro de 2024, a instituição ofertou uma bolsa de estudos de 100% para cada 3,8 alunos pagantes.

Apresentamos no quadro 2 o detalhamento do cálculo do valor efetivamente recebido:

Quadro 2 - Demonstrativo do valor efetivamente recebido

	2024	2023
Saldo inicial de valores a receber (alunos) - Curto prazo	13.986	9.350
Saldo inicial de valores a receber (alunos) - Longo prazo	895	2.902
Receitas de mensalidades - Graduação	510.310	467.273
Receitas de mensalidades - Pós-graduação	135.150	127.590
Receitas de mensalidades - Deric	1.895	1.497
Receitas de mensalidades - Educação continuada	27.749	28.966
Bolsas de estudos concedidas	(172.089)	(144.661)
Descontos por pagamento antecipado das mensalidades de graduação	(13.452)	(13.169)
Abatimentos sobre mensalidades	(4.854)	(5.487)
Saldo final de valores a receber (alunos) - Curto prazo	15.096	13.986
Saldo final de valores a receber (alunos) - Longo prazo	695	895
Valor efetivamente recebido	483.799	459.380

Com relação ao valor equivalente à cota patronal isenta, a mesma está demonstrada no quadro abaixo:

Quadro 3 - Isenção usufruída

	2024	2023
Valor total da isenção usufruída	89.931	87.172
Cota patronal	70.300	68.169
SAT - seguro acidente de trabalho	3.734	3.611
Terceiros	15.897	15.392
COFINS - contribuição para o financiamento da seguridade social	-	-
CSLL - contribuição social sobre o lucro líquido	-	-

Destacamos que a Fundação manteve suas atividades na área de assistência social durante o exercício de 2024, conforme demonstrado no quadro 4.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Quadro 4 - Demonstração do Resultado Segmentado

	2024						2023				
	Educa- cional	Saúde	Assistência social	Social	Total		Educa- cional	Saúde	Assistência social	Social	Total
Receita operacional bruta						Receita operacional bruta					
Mensalidades, taxas e inscrições	644.919	-	-	-	644.919	Mensalidades, taxas e inscrições	591.340	-	-	-	591.340
Cursos extracurriculares	25.340	-	-	-	25.340	Cursos extracurriculares	28.941	-	-	-	28.941
Assistência médico-hospitalar	-	16.757	-	-	16.757	Assistência médico-hospitalar	-	61.936	-	-	61.936
Subvenções e doações	2.405	75.760	-	-	78.165	Subvenções e doações	236	2.014	-	82	2.332
Outras receitas	24.591	-	-	-	24.591	Outras receitas	21.127	5.528	37	258	26.950
Total receita operacional bruta	697.255	92.517	-	-	789.772	Total receita operacional bruta	641.644	69.478	37	340	711.499
Deduções						Deduções					
Bolsas de estudo filantrópicas	(97.503)	-	-	-	(97.503)	Bolsas de estudo filantrópicas	(76.756)	-	-	-	(76.756)
Bolsas de estudo (sociais)	(74.586)	-	-	-	(74.586)	Bolsas de estudo (sociais)	(67.905)	-	-	-	(67.905)
Abatimentos concedidos sobre mensalidades	(8)	-	-	-	(8)	Abatimentos concedidos sobre mensalidades	(444)	-	-	-	(444)
Total Deduções	(172.097)	-	-	-	(172.097)	Total Deduções	(145.105)	-	-	-	(145.105)
Receita operacional líquida	525.158	92.517	-	-	617.675	Receita operacional líquida	496.539	69.478	37	340	566.394
Custos diretos e indiretos com atividades educacionais	(261.490)	-	-	-	(261.490)	Custos diretos e indiretos com atividades educacionais	(259.395)	(164)	(43)	(303)	(259.905)
Custos diretos com atividades hospitalares	-	(51.034)	-	-	(51.034)	Custos diretos com atividades hospitalares	(16)	(43.940)	-	(1)	(43.957)
Outros custos	-	-	-	-	-	Outros custos	(591)	-	-	-	(591)
Total Custo do Serviço Prestado	(261.490)	(51.034)	-	-	(312.524)	Total Custo do Serviço Prestado	(260.002)	(44.104)	(43)	(304)	(304.453)
Superávit bruto operacional	263.668	41.483	-	-	305.151	Superávit bruto operacional	236.537	25.374	(6)	36	261.941
Receitas (Despesas) operacionais						Receitas (Despesas) operacionais					
Salários, férias e encargos sociais	(108.062)	(38.803)	(2.135)	(6.734)	(155.734)	Salários, férias e encargos sociais	(102.641)	(37.000)	(2.276)	(9.042)	(150.959)
Despesas com serviços de terceiros	(31.475)	(5.756)	(403)	(1.102)	(38.736)	Despesas com serviços de terceiros	(27.881)	(4.963)	(431)	(998)	(34.273)
Gerais e administrativas	(36.543)	(7.776)	(149)	2.154	(42.314)	Gerais e administrativas	(30.277)	(7.160)	(139)	(2.904)	(40.480)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa e glosas	(4.081)	(797)	-	-	(4.878)	Provisão de créditos de liquidação duvidosa e glosas	(5.499)	-	-	-	(5.499)
Provisão para processos e contingências judiciais	462	-	-	-	462	Provisão para processos e contingências judiciais	3.593	-	-	-	3.593
Depreciações e amortizações	(11.081)	(263)	-	-	(11.344)	Depreciações e amortizações	(12.158)	(206)	-	-	(12.364)
Pesquisas e desenvolvimento científico	(552)	-	-	-	(552)	Pesquisas e desenvolvimento científico	(875)	(2)	-	(1)	(878)
Outras (despesas) receitas, líquidas	3.402	(143)	-	-	3.259	Outras (despesas) receitas, líquidas	15.420	(391)	-	-	15.029
Total Receitas (Despesas) operacionais	(187.930)	(53.538)	(2.687)	(5.682)	(249.837)	Total Receitas (Despesas) operacionais	(160.318)	(49.722)	(2.846)	(12.945)	(225.831)
Superávit operacional antes do resultado financeiro	75.738	(12.055)	(2.687)	(5.682)	55.314	Superávit operacional antes do resultado financeiro	76.219	(24.348)	(2.852)	(12.909)	36.110
Resultado Financeiro						Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	24.995	1.685	-	-	26.680	Receitas financeiras	28.196	1.762	51	-	30.009
Despesas financeiras	(49.407)	(350)	-	-	(49.757)	Despesas financeiras	(52.195)	(175)	-	-	(52.370)
Total Resultado Financeiro	(24.412)	1.335	-	-	(23.077)	Total Resultado Financeiro	(23.999)	1.587	51	-	(22.361)
Resultado do exercício	51.326	(10.720)	(2.687)	(5.682)	32.237	Resultado do exercício	52.220	(22.761)	(2.801)	(12.909)	13.749

No que tange às atividades de saúde desempenhadas no HSL, mantido pela Fundação e em se tratando do regramento que envolve o CEBAS, os atendimentos são feitos no âmbito do Sistema Único de Saúde, garantindo-se cumprimento de, no mínimo, 60% dos serviços SUS.

Em 2024, com base nos atendimentos/procedimentos ambulatoriais e internações registrados em nosso sistema de informações, garantimos o cumprimento de 85% de serviços SUS prestados, sendo 72% correspondentes à produção hospitalar e 88% correspondente à produção ambulatorial.

Número de Atendimentos Ambulatoriais

TIPO	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	Total	%
SUS	3.894	3.962	4.484	4.907	4.912	4.551	4.565	4.038	4.122	4.931	4.397	3.875	52.638	88%
CONVÊNIOS	548	496	546	579	522	536	552	566	533	5961	536	5511	6.561	11%
PARTICULAR	59	50	53	74	65	74	51	67	66	381	24	301	651	1%
Total	4.501	4.508	5.083	5.560	5.499	5.161	5.168	4.671	4.721	5.565	4.957	4.456	59.850	100%

Número de Internações

TIPO	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	Total	%
SUS	634	681	766	800	757	725	707	618	668	740	659	643	8.398	72%
CONVÊNIOS	224	183	213	198	181	206	191	233	196	198	195	173	2.391	21%
PARTICULAR	83	58	57	55	60	88	106	61	60	73	68	70	839	7%
Total	941	922	1.036	1.053	998	1.019	1.004	912	924	1.011	922	886	11.628	100%

Consolidado (Atendimentos Ambulatoriais e Internações)

TIPO	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	Total	%
SUS	4.528	4.643	5.250	5.707	5.669	5.276	5.272	4.656	4.790	5.671	5.056	4.518	61.036	85%
CONVÊNIOS	772	679	759	777	703	747	743	799	729	794	731	724	8.952	13%
PARTICULAR	142	108	110	129	125	162	157	128	126	^TIT	92™	100	1.490	2%
Total	5.442	5.430	6.119	6.613	6.497	6.180	6.172	5.583	5.645	6.576	5.879	5.342	71.478	100%



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Os valores mencionados fazem parte das demonstrações de resultados e têm sua apuração pelo método de apropriação por centro de custo e registro de receitas.

A Fundação São Paulo teve seu último Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) concedido pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, do Ministério da Educação (SERES/MEC), por meio da Portaria nº 451, de 12/11/2020, exarada nos autos do Processo nº 23000.025974/2015-96, que certificou a entidade pelo período de 1º/01/2016 a 31/12/2018. A Fundação possui Certidão emitida pela SERES/MEC, atestando que tem o CEBAS ativo e válido até a conclusão de análise do processo nº 23000.040637/2018-71, bem como dos processos protocolados tempestivamente sob nº 23000.034002/2021-31 e nº 23000.035889/2022-65, os quais se encontram sob análise do MEC. Em 2024, a FUNDASP protocolou tempestivamente junto à SERES/MEC novo Requerimento de Renovação do CEBAS, sob o nº 23000.0532227/2024-39, pendente de análise.

34. Conciliação do fluxo de caixa

A Fundação apresenta em suas demonstrações financeiras o fluxo de caixa pelo método direto. Em linha com o CPC 3 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa, abaixo demonstramos a conciliação entre o superávit do exercício e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

Superávit do exercício

	2024	2023
Depreciação e amortização	32.237	13.749
Provisão para créditos liquidação duvidosa	11.344	12.364
Provisão para contingências	4.878	5.499
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos	(462)	4.093
Juros recebidos	26.364	29.390
	(13.964)	(15.187)

Superávit do exercício ajustado

Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de alunos e hospital	(9.120)	(8.029)
Estoques	(283)	84
Outros créditos	(17.436)	(19.076)
	(26.839)	(27.021)

Fornecedores	1.568	850
Tributos a recolher e parcelados	(5.818)	(5.159)
Outras contas a pagar	(14.635)	(31.097)
	(18.885)	(35.406)

Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais

14.673	(12.519)
---------------	----------

DIRETORIA

José Rodolpho Perazzolo
Diretor Executivo da Fundação São Paulo
João Júlio Farias Júnior
Diretor Executivo da Fundação São Paulo

Edivaldo Batista da Silva
Contador - CRC 1SP-212622/O-2
José Olímpio Cardoso Neto
Controller - CRC 1SP-181828/O-5



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Conselheiros e Diretores Executivos

Fundação São Paulo

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação São Paulo ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de abril de 2025



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-034519/O
Wallace Weberling Pereira
Contador - CRC SP-230870/O



FUNDAÇÃO SÃO PAULO
Mantenedora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
e Mantenedora do
Centro Universitário Assunção
CNPJ nº 60.990.751/0001-24

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

2024



ASSUNÇÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO

BALANÇO SOCIAL

1 - Identificação

Nome da instituição: Fundação São Paulo Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Centro Universitário Assunção

Natureza jurídica: ☐ associação ☒ fundação ☐ sociedade **Sem fins lucrativos?** ☒ sim ☐ não **Isenta da cota patronal do INSS?** ☒ sim ☐ não

Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)? ☒ sim ☐ não

Possui registro no: ☒ CNAS ☒ MEC ☒ COMAS ☒ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA ☒ MINISTÉRIO PÚBLICO

Tipo/categoria: Educação

De utilidade pública? ☐ não Se sim, ☒ federal ☒ estadual ☒ municipal

Qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior ☒ sim ☐ não

2 - Origem dos recursos

	2024	
	Valor (reais)	
Receitas Totais	R\$ 650.962.711,68	100%
a. Recursos governamentais (subvenções)	R\$ 4.072.258,14	0,63%
b. Doações de pessoas jurídicas	R\$ 382.939,63	0,06%
c. Doações de pessoas físicas	R\$ 39.441,14	0,01%
d. Contribuições	R\$ -	0,00%
e. Patrocínios	R\$ -	0,00%
f. Cooperação internacional	R\$ -	0,00%
g. Prestação de serviços e/ou venda de produtos	R\$ 598.712.520,39	91,97%
h. Outras receitas	R\$ 47.755.552,38	7,34%

3 - Aplicação dos recursos

	2024	
	Valor (reais)	
Despesas Totais	R\$ 618.725.869,34	100%
a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal) valores no item 5	R\$ -	0,00%
b. Pessoal (salários + benefícios + encargos)	R\$ 416.718.385,87	67,35%
c. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)	R\$ 202.007.483,47	32,65%
Operacionais	R\$ 150.272.516,48	24,29%
Impostos e taxas	R\$ 1.475.524,47	0,24%
Financeiras	R\$ 49.756.768,27	8,04%
Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)	R\$ 502.674,25	0,08%

4 - Indicadores sociais internos (Ações e benefícios para os(as) funcionários(as))

	2024	% sobre receita
	Valor (reais)	
a. Alimentação	R\$ 1.616.031,45	0,25%
b. Educação	R\$ 14.597.544,82	2,24%
c. Capacitação e desenvolvimento profissional	R\$ 318.128,52	0,05%
d. Creche ou auxílio-creche	R\$ 2.169.232,82	0,33%
e. Saúde	R\$ 11.035.806,89	1,70%
f. Segurança e medicina no trabalho	R\$ 1.316.737,49	0,20%
g. Transporte	R\$ 1.164.151,83	0,18%
h. Estágios	R\$ 601.961,09	0,09%
Total - Indicadores sociais internos	R\$ 32.819.594,91	5,04%

5 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade (Vide também item 10)

	2024	% sobre receita
	Valor (reais)	
a. Projetos de integração e inclusão social	R\$ 21.983,80	0,003%
	Nº atendimentos: 181	
b. Assistência jurídica	R\$ 2.906.672,84	0,45%
	Nº atendimentos: 3.248	
c. Atendimento clínico a usuários (idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, pessoas em situação de violência e risco, luto) e suas famílias	R\$ 10.972.244,13	1,69%
	Nº atendimentos: 9.981	
d. Política de Permanência Universitária - Concessão de bolsa alimentação	R\$ 2.242.022,60	0,34%
	Nº atendimentos: 125.025	
e. Política de Permanência Universitária - Programa de empréstimo de computadores	R\$ 533.710,30	0,08%
	Nº atendimentos: 238	
f. Política de Permanência Universitária - Concessão de Pacote de dados para acesso a internet	R\$ 43.001,21	0,01%
	Nº atendimentos: 238	
g. Centro Acadêmico 22 de Agosto (Assistência Judiciária)	R\$ 198.925,34	0,03%
	Nº atendimentos: 1.316	
Valores totais	R\$ 16.918.560,22	2,60%



BALANÇO SOCIAL

6 - Outros indicadores	2024	
Nº total de alunos(as)	19.399	
	Nº Alunos	Valores (reais)
Bolsas Integrais		
Prouni	1.714	R\$ 70.066.978
Filantrópica FUNDASP Lei Complementar 187/2021 - Graduação	515	R\$ 20.185.262
Filantrópica FUNDASP Lei Complementar 187/2021 - Pós-Graduação	82	R\$ 3.242.236
Filantrópica FUNDASP (DERDIC)	30	R\$ 1.536.120
Bolsa Fundasp DERCIC - Não Filantrópica	7	R\$ 59.808
Acordo Interno - Graduação	210	R\$ 10.397.116
Acordo Interno - Educação Continuada	91	R\$ 4.191.684
Ser PUC	2	R\$ 5.161
Bolsa Arq. Graduação	27	R\$ 858.520
Bolsa Arq. Pós-Graduação	15	R\$ 480.483
Bolsa Colégio Santo Américo - Pós-Graduação	3	R\$ 28.750
Bolsa COAPES	5	R\$ 95.130
Bolsa Estágio no Exterior - Pós-Graduação	45	R\$ 860.163
Bolsa Florestan Fernandes - Graduação	20	R\$ 785.056
Bolsa Itamaraty	1	R\$ 27.229
Mérito Acadêmico - Graduação	10	R\$ 880.200
Bolsa RI San Tiago Dantas - Pós-Graduação	24	R\$ 1.246.822
Bolsa Treinamento - Educação Continuada	59	R\$ 172.461
Bolsa - Colégio São Domingo - Pós-Graduação	3	R\$ 114.568
Bolsa Convenção Coletiva - Graduação	1	R\$ 15.672
Bolsa Convenção Coletiva - Pós-Graduação	2	R\$ 5.040
Bolsa Contra Partida - Educação Continuada	56	R\$ 275.340
Bolsa Diretoria	3	R\$ 33.907
Bolsa Arquidiocese - Graduação	33	R\$ 366.405
Bolsa ASSUNÇÃO - Graduação	378	R\$ 2.847.521
Bolsa ASSUNÇÃO - Pós-Graduação	5	R\$ 17.976
Nº de alunos(as) com bolsas integrais	3.341	
Valor total das bolsas integrais		R\$ 118.795.608
	Nº Alunos	Valores
Bolsas Parciais		
Filantrópica FUNDASP Lei Complementar 187/2021 - Graduação	105	R\$ 2.311.023
Filantrópica FUNDASP Lei Complementar 187/2021 - Pós-Graduação	9	R\$ 157.579
Mérito Acadêmico	33	R\$ 499.127
Acordo Interno - Ed. Continuada	1	R\$ 8.745
Capacitação Treinamento - Pós-Graduação	35	R\$ 131.176
Capacitação Treinamento - Educação Continuada	7	R\$ 41.285
Bolsa Arq. Graduação	14	R\$ 310.834
Bolsa Arq. Pós-Graduação	8	R\$ 174.654
Bolsa Florestan Fernandes - Pós-Graduação	7	R\$ 57.809
Bolsas Emergenciais - Pós-Graduação Doutorado	2	R\$ 7.168
CAPES	970	R\$ 34.418.111
CNPq	159	R\$ 8.377.101
Prouni	1	R\$ 3.880
Bolsa Monitoria	60	R\$ 522.463
Nº de alunos(as) com bolsas parciais	1.411	
Valor total das bolsas parciais		R\$ 47.020.955
	Nº Alunos	Valores
Nº de alunos(as) com bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa	391	
Valor total das bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa		R\$ 889.740
Nº de alunos(as) com Financiamento Estudantil - FIES	312	
Valor do Financiamento Estudantil - FIES		R\$ 9.854.533

7 - Indicadores sobre o corpo funcional	2024
Nº total de empregados(as) ao final do período	2.573
Nº de admissões durante o período	327
Nº de prestadores(as) de serviço	824
% de empregados(as) acima de 45 anos	65%
Nº de mulheres que trabalham na instituição	1.460
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	51%
Idade média das mulheres em cargos de chefia	58
Idade média dos homens em cargos de chefia	56
Nº de negros(as) que trabalham na instituição	151
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2,9%
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia	58
Nº de pardos(as) que trabalham na instituição	333
% de cargos de chefia ocupados por pardos(as)	9,6%
Idade média dos(as) pardos(as) em cargos de chefia	45
Nº de amarelos(as) que trabalham na instituição	38
% de cargos de chefia ocupados por amarelos(as)	2,2%
Idade média dos(as) amarelos(as) em cargos de chefia	54
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição	2.041
Nº de indígenas que trabalham na instituição	9
Nº de estagiários(as)	80
Nº de pessoas com deficiência	152
8 - Qualificação do corpo funcional	2024
Nº total de docentes	1.128
Nº de livre-docentes(as)	77
Nº de doutores(as)	821
Nº de mestres(as)	184
Nº de especializados(as)	41
Nº de graduados(as)	2
Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo	1.416
Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)	269
Nº de graduados(as)	475
Nº de pessoas com ensino médio	618
Nº de pessoas com ensino fundamental	28
Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto	26
Nº total de funcionários(as) no corpo docente DERCIC	29
Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)	15
Nº de graduados(as)	14



FUNDAÇÃO SÃO PAULO
Mantenedora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
e Mantenedora do
Centro Universitário Assunção
CNPJ nº 60.990.751/0001-24

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

2024



ASSUNÇÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO

BALANÇO SOCIAL

9 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social

	2024		2024
O processo de admissão de empregados(as) é:	☐ % por indicação ☒ por seleção/concurso	Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:	☐ não são considerados ☒ são sugeridos ☐ são exigidos
A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	☒ sim, institucionalizada ☐ sim, não institucionalizada ☐ não	A participação de empregados(as) no planejamento da instituição:	☐ não ocorre ☒ ocorre em nível de chefia ☒ ocorre em todos os níveis - partic. dos empregados nos órgãos colegiados
Se "sim" na questão anterior, qual?	☒ negros ☒ gênero ☒ opção sexual ☒ pessoas portadoras de necessidades especiais ☒ Código de Ética - Seção II - Artigo 3º - Item a	A instituição possui Comissão/Conselho de Ética para o acompanhamento de:	☒ todas ações/atividades ☒ ensino e pesquisa ☒ experimentação animal/viviseção ☐ não tem

10 - Outras Informações (HSL)

A Instituição realizou 59.850 atendimentos médico-hospitalares no Hospital Santa Lucinda, dos quais 52.638 foram gratuitos por intermédio do Sistema Único de Saúde.



Fundação São Paulo

Edifício Franco Montoro
Rua João Ramalho, 182
Perdizes - CEP: 05008-000
São Paulo - SP
(11) 3670-3333

fundacaosaopaulo@fundasp.org.br



PUC-SP



ASSUNÇÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO

As Demonstrações Financeiras da Fundação São Paulo foram aprovadas
pelo Conselho Curador em 07 de abril de 2025.